



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

MAYARA CARLA NASCIMENTO DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE
LIVRAMENTO-PB**

**JOÃO PESSOA
2016**

MAYARA CARLA NASCIMENTO DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE
LIVRAMENTO-PB**

Monografia apresentada ao curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Paraíba, como pré-requisito
para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rejane Gomes
Carvalho

JOÃO PESSOA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586d Silva, Mayara Carla Nascimento da.
Desenvolvimento econômico local: o caso do município de
Livramento - PB / Mayara Carla Nascimento da Silva. – João Pessoa,
2016.
60f.: il.

Orientador: Prof^ª. Dra. Rejane Gomes Carvalho.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Econômicas) – UFPB/CCSA.

1. Atividade econômica. 2. Mercado de trabalho. 3. Gestão pública –
Desenvolvimento. 4. Livramento-PB I. Título.

UFPB/CCSA/BS CDU: 33(043.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia da aluna Mayara Carla Nascimento da Silva, matrícula 11213817, intitulada "DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE LIVRAMENTO-PB" foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Prof. Dr^a. Rejane Gomes Carvalho, WANDERLEYA DOS SANTOS FARIAS e IVAN TARGINO MOREIRA, no dia 23/11/16, às 14 hs, no período letivo de 2016.1.

A monografia foi APROVADA pela Comissão Examinadora e obteve nota 10,0 (DEZ).

Reformulações sugeridas: Sim () Não (X)

Atenciosamente,

Rejane Gomes Carvalho

Prof. Dr^a. Rejane Gomes Carvalho
(Orientador)

Wanderleya dos Santos Farias

Prof. Dr^a. Wanderleya dos Santos Farias

Ivan Targino Moreira

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

Prof. Ms. Ademário Félix de Araújo Filho
(Coordenador de Monografia)

Prof. Dr. Adriano Firmino
(Coordenador de Graduação)

Sinézio Fernandes

Prof. Dr. Sinézio Fernandes
(Chefe de Departamento)

Ciente: Mayara Carla Nascimento da Silva
Mayara Carla Nascimento da Silva
(Aluna)

Dedico esta monografia a minha família, em especial a minha mãe Isalina Nascimento de Farias e Ana Farias do Nascimento, minha vó, pelo carinho e incentivo dado por elas em toda minha trajetória de vida. Dedico esta primeira vitória a vocês.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me deu forças para seguir em frente e completar essa fase importante da minha vida.

A minha mãe Isalina (Isa) e minha avó Ana por estarem sempre ao meu lado, em todos os momentos da minha vida, incentivando-me, motivando-me, ajudando-me e mostrando-me quanto importante é a família na minha vida.

As minhas irmãs Mariana e Nívea por estarem sempre torcendo por mim.

Ao meu amigo Odai, por ter me acolhido no início de tudo, sem ele eu não teria conseguido aproveitar a oportunidade de fazer esta graduação.

A minha namorada Daniella que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis dos últimos meses, com toda paciência e amor que foram fundamentais para me manter firme e forte.

Aos gestores do município de Livramento pela receptividade em responder as questões pertinentes ao desenvolvimento dessa monografia.

À professora Rejane, pela paciência, pela confiança, pelas orientações, por ser uma professora incrível e exemplar.

Aos professores do departamento de economia pelos puxões de orelha e por todo incentivo.

A todos que torceram pela realização deste sonho que não é só meu, mas de toda minha família.

SILVA, Mayara Carla Nascimento da. **Desenvolvimento Econômico Local: O caso do município de Livramento-PB.** 60p. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

RESUMO

Neste trabalho, objetiva-se analisar as características econômicas e sociais do município de Livramento-PB e as estratégias da gestão pública para o desenvolvimento local, a partir dos anos 2000. Para tanto, foram considerados indicadores de atividade econômica, como PIB e PIB *per capita*, e de mercado de trabalho, como a formação da População Economicamente Ativa por instrução, sexo e rendimento. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando-se o recurso de entrevistas diretas com os principais gestores do município de Livramento. A partir dos depoimentos coletados foi possível obter informações importantes sobre as estratégias que a gestão municipal tem feito para melhorar a qualidade de vida da população. Os dados secundários foram obtidos nos Censos Demográficos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e a escolha dos gestores entrevistados foi feita pelas funções estratégicas desempenhadas no planejamento público municipal entre prefeitura e secretarias. Os resultados apontaram que Livramento apresenta dificuldades econômicas e sociais, com pouca diversificação em sua atividade econômica e aspectos preocupantes em relação ao mercado de trabalho, como o grau de informalidade no município. A gestão municipal tem priorizado a área da educação e realizado projetos de fortalecimento da cultura local e da agricultura familiar, visando atingir, principalmente, a população jovem. Além desses aspectos, não se observou estímulo da gestão pública à criação de alternativas produtivas no município e ao desenvolvimento sustentável. Como a localidade não se destaca na economia, a arrecadação do município é baixa, tornando-o ainda mais dependente das transferências dos governos federal e estadual, o que acaba sendo um entrave para a realização de estratégias de fortalecimento do desenvolvimento local.

Palavras chave: Atividade econômica, Mercado de trabalho, Gestão pública, Desenvolvimento, Livramento-PB.

SILVA, Mayara Carla Nascimento da. **Local Economic Development: The Case of the city of Livramento-PB.** Xp. Monograph (Undergraduate Program in Economics) Federal University of Paraíba, João Pessoa, 2016.

ABSTRACT

This work, aimed to analyze the characteristics of the economic and social development of the city of Livramento-PB. Therefore, analyzers were indicators of economic activity and the labor market, such as training the labor force by education, sex and income. Moreover, it was also carried out field research with interviews with key managers of the municipality. Through interviews it was possible to obtain important information about the strategies that municipal management has done to improve the quality of life of the population. Data were collected from Censuses provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, and the choice of the managers interviewed was made by their respective functions in municipal planning. The results show that Livramento has many economic and social problems, with little diversification of production and concern in relation to the labor market, as the high degree of informality in the city. The municipal administration has prioritized the area of education and realized building projects of local culture and family agriculture, aiming to achieve, especially young people. Besides the issue of family farming, do not see much encouragement of public management to production in the city, and as the location is not a major highlight in production, the city collection is very low, making it even more dependent on transfers from governments federal and state, which ends up being an obstacle to realization of local development strategies.

Keywords: economic activity, labor market, management, development, strategies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Livramento: População residente segundo o sexo em 2000 e 2010 (nº pessoas).....	31
Gráfico 2 - Livramento: População residente segundo a situação do domicílio em 1991, 2000 e 2010 (nº pessoas)	31
Gráfico 3 - População por município na Microrregião do Cariri Ocidental, segundo a situação de domicílio em 2010 (nº de pessoas).....	32
Gráfico 4 - Livramento: Taxa de alfabetização por sexo em 2010 (%)	33
Gráfico 5 - Livramento: Número de escolas de 2005 a 2015 por nível de ensino (nº absoluto).....	33
Gráfico 6 - Microrregião do cariri ocidental da PB: PIB a preços correntes em 2013 (Mil Reais).....	36
Gráfico 7 - Livramento: PIB a preços constantes de 2003 a 2013 (Mil Reais) Dados deflacionados: dez 2013=100.....	36
Gráfico 8 - Livramento: PIB a preços constantes por setor produtivo de 2003 a 2013 (Mil Reais) - Dados deflacionados: dez 2013=100.....	37
Gráfico 9 - Livramento: Participação do PIB a preços constantes por setor produtivo em 2003 e 2013 (%) - Dados deflacionados: dez 2013=100.....	38
Gráfico 10 - PIB a preços correntes de cidades selecionadas da microrregião do cariri ocidental (Mil Reais).....	39
Gráfico 11 - PIB per capita da microrregião Cariri Ocidental em 2013 (Mil Reais).....	40
Gráfico 12 - Livramento: Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade em 2000 e 2010 (nº pessoas).....	41
Gráfico 13 – Livramento: População Economicamente Ativa por situação de domicílio e sexo em 2000 e 2010 (nº pessoas).....	41
Gráfico 14 - Livramento: População Economicamente Ativa por nível de instrução em 2010 (%).....	42
Gráfico 15 - Livramento: Valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em 2010 (R\$).....	46

Gráfico 16 - Livramento: Valor do rendimento nominal médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal em 2010 (R\$).....47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Livramento – PB (1991, 2000 e 2010).....	34
Tabela 2 - Livramento: Pessoas ocupadas por atividade no trabalho principal e por sexo em 2010 (nº de pessoas)	43
Tabela 3 - Livramento: Empregados por categoria e sexo em 2010 (nº de pessoas)	44
Tabela 4 – Livramento: Empregados no setor informal por sexo em 2010 (nº de pessoas)...	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMO PENSAR A ECONOMIA LOCAL?	12
2.1 . O debate entre crescimento e desenvolvimento econômico	12
2.1.1. Considerações sobre desenvolvimento econômico local.....	14
2.1.2. O contexto do desenvolvimento regional no Nordeste e os entraves para a economia local	19
2.2. Políticas públicas e o processo de descentralização.....	22
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	26
4. DESENVOLVIMENTO E GESTÃO LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE LIVRAMENTO-PB.....	29
4.1. Formação histórica e características do município.....	29
4.2. Demografia, educação e nível de pobreza.....	30
4.3. Atividade econômica – PIB e PIB <i>per capita</i>	35
4.4. Mercado de Trabalho.....	40
4.5. Gestão pública e desenvolvimento.....	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE	59

1 Introdução

Neste trabalho, o tema central abordado é o desenvolvimento econômico local, concentrando-se, especialmente, no caso do Município de Livramento no Estado da Paraíba, onde serão analisadas as características específicas do desenvolvimento deste município e as estratégias da gestão pública municipal para proporcionar melhorias na economia e nas condições de vida da população local.

O debate sobre a descentralização e o papel dos municípios no processo de desenvolvimento local, está cada vez mais presente na literatura sobre o tema. Nas últimas décadas, a instância local de poder emergiu como pauta principal, caracterizando um saber que converge na análise de relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas (VITTE, 2006). O desenvolvimento local é um assunto que tem levantado diversos tipos de opiniões, mas, sobretudo, surge como uma possível alternativa de repensar a realidade das regiões e municípios que não dispõem de uma estrutura produtiva diversificada e uma base econômica sólida.

Em municípios de pequeno porte, como Livramento, onde o mercado de trabalho e as oportunidades de investimento são bastante limitados, muitas dificuldades são encontradas na geração de empregos, distribuição de renda e na luta contra a pobreza. “A gestão do desenvolvimento local pode ser diferenciada e discutida por vários agentes, em especial o Estado” (VITTE, 2006, p. 79). Dessa forma, torna-se importante investigar se há estratégias de desenvolvimento econômico local realizadas pela gestão municipal como alternativa para superar esses problemas.

Uma hipótese plausível é que a ação do Estado e, em particular, da Prefeitura, tenha uma importância bastante significativa na geração de empregos e na distribuição de renda de pequenos municípios, visto que a estrutura produtiva e a oferta de emprego dessas unidades administrativas são limitadas. Sendo assim, para um gestor municipal buscar estratégias que envolvam a sociedade em geral com o intuito de desenvolver - econômico e socialmente - o município, não parece ser absurdo. Pelo contrário, em pequenas cidades, onde a maioria das pessoas se conhece, formular e programar estratégias de desenvolvimento que envolvam o setor privado e o setor público - empresário local, prefeitura e sociedade – pode ser mais fácil. Ainda, considerando as novas teorias de desenvolvimento local, a cooperação dos diferentes agentes pode propiciar uma melhora nos indicadores socioeconômicos municipais e no bem estar social daquele território.

Sendo assim, a principal finalidade deste trabalho é analisar as características econômicas e sociais de Livramento e as estratégias da gestão pública para o desenvolvimento local. Como objetivos específicos: estudar a estrutura produtiva do município; observar as condições do mercado de trabalho no município quanto à formação da PEA (População Economicamente Ativa), instrução, sexo e rendimento; e, analisar a percepção dos gestores públicos e as políticas adotadas para estimular o desenvolvimento do município. Com isso, espera-se concentrar informações relevantes sobre a situação econômica, social e administrativa do município, contribuindo para ajudar na facilitação das decisões de gestores municipais na elaboração de ações para o desenvolvimento socioeconômico local.

A importância desse trabalho encontra-se em poder indicar aos gestores municipais de Livramento os aspectos socioeconômicos que apresentam fragilidades e que necessitam de mais atenção no município, além de destacar os potenciais setores que possam proporcionar uma melhora no desempenho da economia. Além disso, a discussão proposta pode contribuir no enriquecimento do debate sobre o desenvolvimento local e a municipalização de políticas públicas.

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e bibliográfica. Ainda como parte da metodologia será realizado um levantamento de dados relacionados aos indicadores socioeconômicos do município de Livramento. Os dados obtidos poderão ser de ordem primária, secundária ou de ambas as formas. Através destas informações, poderemos identificar os principais problemas e possíveis potenciais do município e, assim, indicar as possibilidades de investimento dos setores público e privado para melhorar o desempenho econômico e social de Livramento.

O trabalho está dividido em 4 partes, além desta introdução. O capítulo 2 é dedicado a revisão da literatura sobre o desenvolvimento local, destacando os principais conceitos e interpretações do tema no meio científico. No capítulo 3 será discutido os métodos utilizados para chegar aos objetivos propostos, destacando as variáveis selecionadas para análise e a abordagem na realização das entrevistas. No capítulo 4, serão apresentados os resultados e as discussões acerca das características socioeconômicas do Município de Livramento, bem como da análise da pesquisa de campo realizada junto aos gestores municipais e, por último, no capítulo 5, serão feitas as considerações finais do trabalho.

2 Crescimento Econômico X Desenvolvimento Econômico: como pensar a economia local?

2.1 O debate entre crescimento e desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico de um país pode ser caracterizado pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por incorporação de progresso técnico e acumulação de capital. O aumento da renda por habitante é uma medida geral do desenvolvimento econômico, visto que é capaz de medir, aproximadamente, o aumento geral da produtividade (BRESSER-PEREIRA, 1986). Contudo, não pode ser considerada medida perfeita e definitiva para se avaliar o desenvolvimento de uma localidade.

Para Bresser-Pereira (1986) o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que ocorre numa sociedade capitalista onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico. Um fato histórico que implica em mudanças estruturais, culturais e institucionais. Embora exista uma rejeição em identificar desenvolvimento econômico com crescimento da renda por habitante, o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico são, para ele, expressões sinônimas, desde que o crescimento econômico (crescimento da renda por habitante) seja acompanhado por aumento da produtividade.

Excluídos os casos em que há crescimento da renda por habitante sem aumento da produtividade, o desenvolvimento econômico se caracteriza pelo aumento da renda por habitante e melhorias dos padrões de vida. O aumento da renda *per capita* pode ser acompanhado pelo aumento de salários e diminuição da pobreza, fato que é mais visível no longo-prazo, já que o capitalismo, em si, é um forte concentrador de renda (BRESSER-PEREIRA, 1986).

A análise do desenvolvimento econômico, através do aumento da produtividade, é também observada em Celso Furtado (1961). Para ele, o desenvolvimento econômico é um processo cultural e histórico apoiado nas inovações técnicas. Através de um enfoque histórico-estrutural ligado ao pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), Furtado (1961) considera que o desenvolvimento econômico consiste em novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho. Para ele, o progresso técnico, estando intimamente ligado à eficácia, propicia crescimento da

produtividade que vai resultar no aumento da renda real social, ou seja, da quantidade de bens e serviços à disposição da população. Furtado avalia que uma região ou um país é plenamente desenvolvido se não houver ocupação de fatores em atividades com níveis de produtividade abaixo da máxima. Para este autor, o aumento da produtividade do trabalho e o desenvolvimento econômico devem implicar em progresso técnico para todas as esferas da sociedade. Portanto, deve haver um conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção (FURTADO, 1961).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é uma rede de desenvolvimento da ONU (Organização das Nações Unidas) que defende a ideia de desenvolvimento a partir da perspectiva do “Desenvolvimento Humano”. Essa abordagem difere do conceito conservador sobre crescimento econômico, em que o bem-estar de uma sociedade é visto apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar. O destaque sobre o desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. Este enfoque parte do pressuposto de que o avanço da qualidade de vida da população tem que estar ligada não somente a um viés puramente econômico, mas deve considerar também as dimensões sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Com base nessa abordagem, o PNUD tem buscado trabalhar visando a integração, a multidisciplinaridade e a transversalidade de um conjunto de temas definidos como prioridades, como: a equidade de gênero e raça, os direitos humanos e a redução da desigualdade regional, entre outros (PNUD, 2016).

Ivo (2012) traz sua contribuição a este debate levantando a temática da integração social. Para a autora, este tema envolve o objetivo de bem-estar social e da cidadania sustentados por coalizões e contradições de classe. Nessa perspectiva, Ivo (2012) avalia que a relevância da agenda social do desenvolvimento implica em analisar um padrão decisivo do Estado na distribuição e no enfrentamento da estrutura de inserção pelo mercado de trabalho, na proteção sustentada em direitos sociais e na regulação das relações não mercantis.

A questão da justiça distributiva do crescimento econômico é um ponto relevante questionado por Ivo (2012). A sociologia tem trazido algumas implicações importantes no debate do desenvolvimento, como os questionamentos provocativos do tipo “onde” e “para quem” se dirigem os resultados de políticas de desenvolvimento; e, também, o custo desse crescimento, do ponto de vista da qualidade do bem-estar dos cidadãos. A resposta a essas

questões, segundo Ivo (2012), exige uma agenda de pesquisas sobre os limites do crescimento endógeno, determinante para os objetivos de sustentabilidade do desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico local vai aparecer na literatura a partir das contribuições teóricas sobre desenvolvimento regional. Serão encontradas diversas denominações com uma mesma base conceitual, que considera a ampliação da capacidade econômica do local e melhoria do bem estar social. A ideia de local pode ser entendida não só como um município, mas também parte de um município, estado ou até mesmo região. Neste trabalho o local será entendido como o município - a instância mais *localizada* de poder, especificamente, o município de Livramento, que é parte importante do objeto de estudo.

2.1.1 Considerações sobre desenvolvimento econômico local

Até aqui, pudemos observar algumas abordagens sobre os conceitos de desenvolvimento econômico e social. Contudo, também é importante considerar a ideia do desenvolvimento local. Nesta seção, serão apresentados os principais aspectos conceituais do desenvolvimento econômico local/desenvolvimento local endógeno que, apesar de seguirem diferentes perspectivas no âmbito da teoria econômica, trazem contribuições relevantes para o entendimento das condições da realidade das economias locais.

O propósito do desenvolvimento local é construir ou ampliar a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos. Em geral, tem sido associado à noção de progresso material e modernização tecnológica. Enquanto estratégia de ação, aparece num contexto de um produto de iniciativa compartilhada, inovação e empreendedorismos comunitários. Resulta do pensamento e da ação humana que confrontam o desafio de enfrentar problemas e alcançar altos níveis de qualidade de vida da comunidade. Um conjunto de estratégias e ações para a (re) construção da base produtiva local. (MARTINS, 2002; SWINBURN, GOGS e MURPHY, 2006; VITTE, 2006).

Pode ser entendido, ainda, como resultante do processo de crescimento econômico que pode implicar numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção de mão de obra da região. Sua consequência é a acumulação do excedente econômico gerado na economia local, e/ou a atração de investimentos provenientes de outras regiões. Esse processo pode ter como resultado a

ampliação do emprego, do produto e da renda do local. Seria um processo de mudança e crescimento estrutural econômico baseado na utilização do potencial existente em um dado território, onde os fatores determinantes são a capacidade de liderança do próprio processo “de dentro para fora”, e mobilização do potencial e recursos locais, de forma a favorecer os rendimentos e a criação de externalidades positivas (AMARAL FILHO, 2001; BRAGA, 2002).

Dentro do debate do desenvolvimento local muito se fala sobre o desenvolvimento local endógeno, teoria essa que segue os pressupostos de competitividade. Nessa teoria, a competitividade vai ser direcionada para entre as cidades e não mais entre as empresas e, assim, garantir crescimento econômico àquele local. Há, portanto, uma incorporação ao instrumental econômico neoclássico de variáveis como participação e gestão local (BRAGA, 2002).

Braga (2002) expõe sobre a teoria do desenvolvimento local endógeno, dando ênfase às estratégias de empreendedorismo local e atração de investimentos externos. O empreendedorismo local parte de uma estratégia que favorece a emergência de negócios e resulta numa base dinâmica e avançada para a economia local. O investimento externo vem com a missão de estimular a competitividade e o marketing urbano, para que assim a concorrência entre empresas seja substituída pela concorrência entre localidades. O desenvolvimento local endógeno vai gerar toda uma articulação social e buscar solidariedade entre os agentes participantes (BRAGA, 2002).

Braga (2002) chama atenção para o pressuposto mais importante do desenvolvimento local endógeno, o potencial de desenvolvimento dos territórios. O ponto de partida é adotar uma estratégia de desenvolvimento exógeno atraindo investimento, ou adotando uma estratégia de desenvolvimento local. Esse potencial de que fala o autor, é constituído por um conjunto de recursos que podem gerar externalidades positivas através da criação de redes de empresas e de relacionamentos pessoais, que possam induzir o crescimento e mudança estrutural na economia local. São recursos que podem ser econômicos, como estrutura produtiva, capacidade de gerar inovação tecnológica, mercado de trabalho dotado de mão-de-obra qualificada, recursos naturais e infraestrutura. Podem também ser recursos culturais, políticos-institucionais ou humanos. Induzido pela mobilização do potencial endógeno, ao se fortalecerem as parcerias entre os atores sociais e instituições, as decisões tomadas pelos

atores locais teriam um interesse local comum, implicando na existência de uma dinâmica comum entre crescimento econômico e distribuição de riqueza/renda (BRAGA, 2002).

Amaral Filho (2001) atribui o fenômeno da endogeneização às mudanças nas formas e modos de produção e organizações industriais, bem como à globalização e à abertura das economias, as quais têm provocado impactos sobre os custos e sobre os preços relativos das empresas. Ele investigou essas repercussões sobre as teorias de desenvolvimento econômico regional, buscando uma ponte entre autores evolucionistas e institucionalistas.

Na literatura evolucionista e institucionalista, o debate sobre o desenvolvimento local endógeno tem se dividido em uma tendência indutiva e outra considerada dedutiva. A primeira, mais descritiva, parte de estudos específicos para mostrar as particularidades das condições determinantes de cada caso de desenvolvimento local. Os da segunda, partem de postulados mais gerais sobre a dinâmica das organizações territoriais (AMARAL FILHO, 2001).

Amaral Filho (2001) destaca, ainda, a importância das políticas de investimento em capital físico, ou mais precisamente, em infraestrutura, que tem na sua importância a criação de condições favoráveis à formação de aglomeração de atividades mercantis, além de criar externalidades para o capital privado. Para o autor, esses novos modelos estão identificados com as ações descentralizadas das empresas e das instituições públicas, o que implica numa relação de concorrência e cooperação entre os atores locais. Uma coletividade de agentes públicos e privados atuando com um mesmo interesse, o de manter a dinâmica e a sustentabilidade do local. Para isso, Amaral Filho (2001) recomenda a implantação ou o desenvolvimento de projetos econômicos de caráter estruturante, que envolvam uma cadeia de atividades interligadas. Podem estar ligadas a algum tipo de vocação da região, como alguma atividade econômica, criada pelo planejamento, em virtude da vontade política das lideranças locais.

Outra perspectiva de desenvolvimento local é observada por Martins (2002), que vê neste tipo de desenvolvimento pressupostos mais humanistas e ecológicos. Para ele, a proposta humanista e ecológica está na essência do conceito de desenvolvimento local que requer uma visão de mundo bem distinta do racionalismo objetivista e em valores materialistas.

Para Martins (2002, p. 52), “entender o desenvolvimento se trata de postura e sentimento sustentado de modéstia”, e objetivar as pessoas em todo o processo de desenvolvimento, mesmo que resulte em melhoras efetivas das condições materiais, estas são insuficientes para assegurar a continuidade do processo. O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local se encontra na atribuição à comunidade do papel de agente e não apenas de beneficiário do desenvolvimento. Martins (2002) chama atenção sobre a questão da participação no processo de desenvolvimento local que, para ele, assume uma condição de destaque. Para este autor, a participação é resultado do processo de construção social e não pode ser vista como mero requisito metodológico.

Martins (2002) ainda defende a ideia do território enquanto meio inovador, do pensamento criativo que planeja ações e se volta para solução de problemas sociais, econômicos e ambientais. O território adquire um papel de destaque, de acordo com suas potencialidades e limitações, que podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento. “O desafio maior é consolidar uma cultura de desenvolvimento cujo objetivo mais importante é, por uma perspectiva cultural, a elevação do estado ou bem-estar humano em todas as suas dimensões” (MARTINS, 2002, p. 58).

Sob uma perspectiva institucionalista, Mulls (2005) afirma que a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento local deve contar com a participação de todas as representações institucionais envolvidas (poder público local, empresas e sociedade). O autor destaca a importância das micro e pequenas empresas, que podem desempenhar papel importante no processo de desenvolvimento, e que, para isso, precisam se organizar em redes articuladas com outras formas intermediárias de coordenação que, juntas, representam o ambiente institucional do território.

Na análise institucionalista do desenvolvimento local, a mobilização dos atores locais e a organização de redes entre organismos e instituições locais, combinado com uma maior cooperação entre empresas de um mesmo território, são instrumentos que têm possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e uma atenuação de desigualdades sociais. Essas formas não substituem as ações do mercado e do Estado, mas sobrepõe-se a estas, a partir de suas instituições próprias e de seus organismos específicos. O processo de desenvolvimento econômico provoca transformações não apenas nos modos de produção, mas também nas instituições sociais, políticas e econômicas (MULLS, 2005)

A teoria do desenvolvimento local institucionalista coloca a formação e a constituição de instituições formais locais como um passo importante para o início de um processo de desenvolvimento endógeno. Essas instituições podem ser formais, para visar às regulações social e econômica, e um conjunto de difusões de instituições, regras e comportamentos, que precisam estar interligados para que se desenvolva no espaço local em um processo de desenvolvimento econômico endógeno (MULLS, 2005).

Amartya Sen (1993), em seu artigo denominado “O desenvolvimento como expansão de capacidades”, avalia o desenvolvimento a partir da “mudança social em termos do enriquecimento da vida humana dela resultante” (SEN, 1993, p. 315). O “enfoque da capacidade” concebe a vida humana como um conjunto de “atividades” e de “modos de ser” denominadas “efetivações”¹ e relaciona o julgamento sobre a qualidade da vida de uma pessoa à avaliação da capacidade de funcionar e desempenhar funções. A “capacidade” reflete as várias combinações de efetivações que uma pessoa pode alcançar, reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver. Para o autor, conceber a qualidade de vida em termos de atividades e da capacidade de seu desempenho tem relevância e aplicação muito mais amplas, já que, para ele, as avaliações não podem levar em consideração apenas as mercadorias ou rendimentos que auxiliam no desempenho daquelas atividades e na aquisição daquelas capacidades, mas também consiste em avaliar as várias efetivações na vida humana. “As efetivações terão, elas próprias, de ser examinadas e a capacidade das pessoas de realizá-la terá de ser apropriadamente avaliada” (SEN., 1993, p. 316).

Para Amartya Sen (1993) a noção utilitarista de valor percebe esta categoria somente na utilidade individual, definida em termos de prazer, satisfação, e, portanto, pode ser uma avaliação enganosa, pois é incapaz de refletir a real privação de uma pessoa. Na situação de privação, as pessoas fazem seus esforços para se satisfazer nas mínimas coisas e assim reduzem seus desejos pessoais a proporções mais modestas, de acordo com suas próprias realidades. Já na descrição das efetivações, o formato das “atividades” permite que se incluam “conquistas adicionais”. Em alguns tipos de “análise do bem-estar” é possível restringir-se a um número relativamente pequeno de efetivações, centralmente importantes, e das capacidades correspondentes, tais como as capacidades de se alimentar bem e morar bem (SEN, 1993).

¹ Efetivação é uma conquista de uma pessoa, é o que ela consegue fazer ou ser (SEN, 1993).

O enfoque da capacidade pode ser útil nos esforços de avaliação do desenvolvimento humano com o foco na realização humana e na liberdade, bem como na necessidade de uma avaliação reflexiva, e não mecânica. A importância das capacidades humanas proporciona uma base sólida para fazer análises dos padrões e da qualidade de vida (SEN, 1993).

Seja por uma perspectiva neoclássica, ou mais heterodoxa, o debate sobre o desenvolvimento local tem tomado corpo. Tem ganhado importância nas teorias sobre o desenvolvimento, reafirmando a coletividade e a participação de todos os agentes locais, públicos e privados, na promoção do desenvolvimento. Cidadania, cooperação e competitividade, são palavras chave sempre presentes no debate sobre o processo de desenvolvimento local.

2.1.2 O contexto do desenvolvimento regional no Nordeste e os entraves para a economia local

A região que vai do estado do Maranhão à Bahia compõe o Nordeste brasileiro, uma região que teve algumas características peculiares na história do seu desenvolvimento econômico. Entre os anos de 1960 e 1990 essa região apresentou um satisfatório desempenho econômico e chegou a apresentar taxas médias de crescimento superiores às taxas médias de crescimento nacional. Impulsionadas por incentivos fiscais, investimentos de empresas estatais e recursos próprios de importantes empresas locais, as atividades urbanas - e com elas as atividades industriais - ganharam espaço no ambiente econômico do Nordeste que, apesar de todo dinamismo recente das atividades, continuou tendo a pobreza como uma das características mais marcantes dessa região (ARAÚJO, 1997).

A região Nordeste ficou tradicionalmente conhecida como complexo econômico agroexportador, marcado pela exploração de culturas como a cana-de-açúcar, o algodão, além da pecuária. Chegou a ocupar a posição de região de maior sucesso econômico do território na época do Brasil colônia. Contudo, as mudanças nos ciclos econômicos do Brasil na economia agrária exportadora e o surgimento do modelo industrial fizeram com que o Nordeste passasse para a periferia da economia nacional. A partir dos anos de 1960, a agropecuária sofreu reduções para a contribuição na composição do PIB no país e na região, enquanto os setores industrial e terciário aumentaram suas participações em um movimento tendencial de diversificação do processo de reprodução do capital. O Nordeste viveu, nessa época, um

momento de consolidação de uma estrutura econômica e social associados a atividades econômicas mais voltadas para o mercado interno com o desenvolvimento da industrialização (ARAÚJO, 1997; LIMA, 1994; e, GUIMARÃES NETO, 1997).

Com o declínio dos preços das exportações, a dificuldade para a conquista do mercado interno e, em geral, a desarticulação da sua principal atividade produtiva (produção agroexportadora), a região nordestina passou a concentrar um imenso *reservatório de mão de obra*. Atraídos pela superoferta de força de trabalho - consequentemente baixos salários - e também a possibilidade de maior flexibilização das relações de trabalho, além dos incentivos governamentais, principalmente, as empresas buscaram se realocar no Nordeste para competir com concorrentes externos (ARAÚJO, 1997 e GUIMARÃES NETO, 1997).

A SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), criada em 1959, teve grande importância no processo de mudança estrutural da economia nordestina, concentrando seus esforços na realização de pesquisas regionais, financiamento de empresas e na ampliação da oferta de infraestrutura econômica, sobretudo no setor de transportes. A CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), que na época era do governo federal, também teve grande importância nesse processo, uma vez que a estatal foi a grande responsável pela ampliação no fornecimento de energia elétrica na região. Desse modo, o Nordeste cresceu por reflexo da atuação importante do setor público, do sistema financeiro e do setor de serviços. O Estado e as políticas regionais contribuíram decisivamente para a chamada “integração produtiva”, um movimento tendencial do processo de reprodução do capital que forja um espaço econômico integrado (ARAÚJO, 1997; LIMA, 1994; e, GUIMARÃES NETO, 1997).

Com a expansão do modelo capitalista no país, a produção industrial do Sudeste avançou sobre os mercados nordestinos e provocou a redução dos espaços de atividades produtivas tradicionais locais voltadas para os seus próprios mercados. Dessa forma, as empresas instaladas no Nordeste passaram a produzir bens capazes de preencher espaços e brechas deixadas pela atividade produtiva do Centro-Sul. As políticas regionais impulsionadas por fontes diversas de financiamento e, principalmente, tendo o Estado como indutor do crescimento e do processo de desconcentração da produção, levou o Nordeste brasileiro a atuar de forma complementar à estrutura produtiva nacional. De acordo com a noção do planejamento econômico vigente naquela época, ao explorar essas novas oportunidades de investimento, a integração produtiva das regiões estaria sendo promovida. O

complexo econômico regional se voltaria, portanto, para o mercado interno, passando a se articular com os demais espaços produtivos nacionais (ARAÚJO, 1997; LIMA, 1994; e, GUIMARÃES NETO, 1997).

Através da política de substituição de importações, o Estado teve um papel decisivo no estímulo da diversificação econômica de regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste. A função relevante desempenhada pelo setor público, principalmente através dos incentivos fiscais, reforçou a tendência da acumulação privada. Esperava-se que as mudanças propostas nas relações de trabalho e também as transformações voltadas para a redução da pobreza ocorressem no sentido de, nesse caso particular, mudar o quadro da região (ARAÚJO, 1997 e LIMA, 1994).

A face econômica do Nordeste se alterou de forma positiva. As políticas regionais com o papel decisivo do Estado e o maior dinamismo da atividade econômica da região contribuíram decisivamente para maiores níveis de emprego e renda estadual e regional. Contudo, apesar do desenvolvimento positivo observado na região nordestina, permaneceram diferenciações importantes. Se, por um lado, houve mudança positiva, por outro, essa mudança ocorreu de forma restrita, tanto em relação à atividade econômica, como nas áreas que se beneficiaram com as transformações ocorridas. Houve uma concentração de atividades produtivas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, privilegiando esses espaços específicos da região, tornando-a extremamente heterogênea. A integração produtiva do Nordeste ao restante da economia nacional criou e consolidou “polos”, nos quais as áreas dinâmicas são contrastadas com subáreas estagnadas (ARAÚJO, 1997; LIMA, 1994; e GUIMARÃES NETO, 1997).

A partir da segunda metade dos anos 80, com o agravamento das crises econômica, fiscal e financeira do Estado brasileiro, as transformações relevantes deixaram de existir. Com a abertura da economia, a seletividade da globalização, e seu caráter espacialmente seletivo, os investimentos se voltaram para as áreas mais dinâmicas e competitivas do país, resultando em impactos regionais relevantes que contribuíram para a maior heterogeneidade das regiões, e entre as regiões (ARAÚJO, 1997 e GUIMARÃES NETO, 1997).

O novo dinamismo econômico no Nordeste não foi possível de ser visto em pequenos municípios, já que a atividade industrial foi benéfica ao Nordeste de forma seletiva, privilegiando os espaços econômicos onde foram instaladas as indústrias - e suas respectivas regiões metropolitanas - mas aprofundando a desigualdade regional. Os pequenos municípios,

de forma geral, não foram capazes de acompanhar o dinamismo econômico dos grandes “polos”, já que a seletividade da globalização não permitiu um acompanhamento da diversificação da estrutura produtiva dos grandes centros industriais para pequenos municípios. Como consequência deste fato e a perda relativa do setor agrícola, os pequenos municípios se tornaram ainda mais dependentes do Estado, seja na geração de empregos, na obtenção de recursos junto a outras esferas de poder para financiar os problemas específicos da localidade, ou nas políticas sociais federais de combate à pobreza. Esta heterogeneidade nas regiões e a dependência dos pequenos municípios de recursos oriundos dos governos estadual e federal, que dificulta as ações da gestão local para o desenvolvimento do município, constitui um desafio a ser enfrentado. Assim, o debate em torno do desenvolvimento local vai ganhando força.

2.2 Políticas públicas e o processo de descentralização

A descentralização no âmbito das políticas públicas foi definida por Alves da Silva (2000, p. 1) como “(...) um processo de reestruturação interna do aparelho do Estado, que perpassa as várias esferas do governo, envolvendo aspectos políticos, administrativos, técnicos e financeiros”. Desde a formulação da Constituição de 1988, os municípios têm ocupado importante espaço nessa discussão, especialmente na área de políticas sociais. A descentralização congrega atores sociais e políticos preocupados com o aumento das demandas sociais não atendidas pelo aparato estatal (SILVA, 2000).

O objetivo central do processo de descentralização de políticas públicas e da gestão do Estado concentra-se na busca de uma maior participação da população no processo de tomada de decisões governamentais. Além disso, busca maior competitividade, alteração das relações entre agentes sociais e governo, mais eficiência administrativa e melhor distribuição de recursos entre as três esferas de governo (GUIMARÃES NETO, PORSSE E PORSSE, 1999).

Os municípios têm sido identificados como um espaço essencial para as satisfações das demandas locais. A noção de fortalecimento da gestão local é expandida com a compreensão de que aqueles que estão perto dos cidadãos e de suas necessidades conseguem entender melhor a realidade local. A descentralização se tornou sinônimo de democracia e, com a nova Constituição de 1988, os governos locais aumentaram significativamente sua participação na destinação da receita fiscal (SILVA, 2000).

Silva (2000) indica a existência de dois modelos de descentralização presentes no Brasil. O primeiro modelo enfatiza a competitividade empresarial, regional e setorial, com liberdade de tomar iniciativa. Neste, enfatiza a inserção internacional com estabilização econômica como condições essenciais para o desenvolvimento. Um segundo modelo destaca a necessidade de reestruturação político-econômica, social e regional, tendo a preservação dos espaços nacionais e formas renovadas de cooperativas, como sendo a base do modelo (SILVA, 2000).

A descentralização de políticas públicas e a maior responsabilização dos municípios têm dividido opiniões. Para alguns autores ela é um instrumento estimulante e favorável que visa a competitividade e melhor eficiência na gestão pública. Enquanto que, para outros, a municipalização é sinônimo de ineficiência, onde a responsabilidade fiscal das instâncias locais pode comprometer a estratégia nacional de desenvolvimento (GUIMARÃES NETO, PORSSE E PORSSE, 1999).

Arretche (1996) vem contribuir com o debate buscando provocar novos questionamentos ao construir um tom crítico em relação à descentralização. Ela parte da argumentação de que as ações descentralizadoras não se sustentam do ponto de vista da construção lógica dos argumentos, nem nos estudos empíricos.

A centralização significa a concentração de recursos e competências e/ou poder decisório nas mãos de entidades específicas no “centro” (governo central, agência central etc.). Descentralizar é deslocar esses recursos do “centro” e colocá-los em outras entidades específicas (os entes descentralizados). A primeira tem sido identificada como antidemocrática, na medida em que ensejaria a possibilidade de dominação política. Contudo, não existe uma garantia prévia - intrínseca ao mecanismo da descentralização de que o deslocamento desses recursos implique a abolição da dominação. Deslocar recursos do “centro” para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo “centro”, mas pode permitir essa dominação ao interior do sistema (ARRETCHÉ, 1996, p. 6).

Um dos argumentos mais fortes em torno da descentralização parte da proximidade estabelecida entre os prestadores de serviços públicos e seus usuários. Essa proximidade viabilizaria maior *accountability*² dos governos em relação aos cidadãos e, por esta razão, mais *responsiveness*³ daqueles em relação às necessidades destes. Arretche (1996) argumenta que as expectativas em relação à proximidade são excessivamente confiantes, embora seja

² Remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados.

³ Capacidade de resposta.

considerado um elemento importante. É possível problematizar tais expectativas com base no argumento de que o uso clientelista de recursos públicos está historicamente associado à natureza das relações entre burocracias públicas e partidos políticos. Essas práticas parecem depender menos da escala de prestação de serviços e mais da natureza das instituições deles encarregadas (ARRETCHE, 1996).

Nessa perspectiva argumentada por Arretche (1996), a proximidade entre gestão pública e cidadãos não é uma condição suficiente para a eficiência na alocação e distribuição dos recursos públicos. Pelo contrário, em geral há maior possibilidade de elevação dos níveis de parcialidade na alocação dos bens públicos, considerando que as gestões municipais estariam associadas, historicamente, a práticas consolidadas de burocracias e pressões partidárias para seu uso clientelista.

A partir das teorias sobre o desenvolvimento local, o Estado tem ganhado outras interpretações. O papel do Estado nos novos paradigmas tem-se baseado no resultado do processo e de dinâmicas econômico-sociais determinados pelo comportamento dos atores, dos agentes e das instituições locais (AMARAL FILHO, 2001).

A redefinição do papel do Estado tem como uma de suas características a revalorização do poder local. Políticas nas áreas de saúde, educação, saneamento, habitação e transporte público são mais compatíveis às esferas subnacionais de governo, especialmente, no âmbito municipal (SILVA, 2000).

Amaral Filho (2001) atribui responsabilidade a esse novo papel do Estado ao destacar o argumento em favor da descentralização. Justifica que nem todos os governos e comunidades estão dispostos a receber bens públicos que nada têm a ver com suas necessidades.

Os argumentos favoráveis à descentralização da ação pública estão baseados em alguns elementos: na proximidade entre o governo local e os produtores e consumidores finais de bens e serviços públicos, na diferenciação das experiências locais e no menor aparelho estatal para melhorar a eficiência. Um novo método de intervenção utilizado por governos locais e subnacionais, tem atuado nos problemas específicos da localidade, esta que recebe impacto mais direto das grandes contradições do capitalismo contemporâneo.

Muitos municípios dependem fundamentalmente do Estado, sem o qual não conseguiriam sobreviver sem sua atuação. A descentralização e a redefinição do papel do

Estado atribuem ao Município a responsabilidade de assegurar à sua população os direitos sociais garantidos pela Constituição, de forma que consiga combater, minimamente, a desigualdade, e criar as condições necessárias para melhorar a qualidade de vida dos residentes. As políticas públicas constituem um direcionamento do Estado para o bem coletivo e são fundamentais para o desenvolvimento local, principalmente pelo fato da população enxergar a possibilidade de melhorar suas condições de vida por intermédio dessas políticas, especialmente nas áreas de saúde, educação e habitação.

O financiamento do novo papel do Estado, tradicionalmente, deve ser atingido mediante poupança pública local e pela recuperação da capacidade de investimento, sendo importante na criação de efeitos multiplicadores sobre o emprego, o produto, a renda e os investimentos privados (AMARAL FILHO, 2001). Por outro lado, há uma necessidade de adoção de políticas de cunho redistributivo para garantir minimamente a renda e o emprego de pequenos municípios. Os municípios precisam modificar sua estrutura administrativa e recapacitar-se financeiramente. Uma das condições para a autonomia financeira dos municípios é o estabelecimento de uma relação cooperativa entre os atores políticos relevantes. A institucionalização de formas de negociação torna-se necessária, para que não ocorra o veto às políticas de incremento tributário, mas também para incorporar à designação e à formulação das políticas públicas que serão implementadas pelo município (SILVA, 2000).

Modificar a relação entre o empresário local e a prefeitura, implementando no município formas mais democráticas e mais eficazes de gestão, como o “orçamento participativo”, por exemplo, poderá aumentar o número de interessados em realizar parcerias entre o setor público e a iniciativa privada e assim desencadear um importante processo de desenvolvimento econômico local (SILVA, 2000). Além disso, é importante a criação de alternativas produtivas para gerar emprego e renda, pautados nas vocações naturais da localidade, na cultura, no turismo e na aplicação das tecnologias sociais. Este é o desafio que se apresenta para compreender as características locais do município de Livramento e as perspectivas para o seu desenvolvimento.

3 Aspectos metodológicos

A realização deste trabalho visa analisar as características socioeconômicas do município de Livramento e as ações da gestão pública para o desenvolvimento local.

Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, descritiva e analítica em que serão utilizados dados secundários e primários coletados, respectivamente, a partir de fontes oficiais e de pesquisa de campo, cuja técnica de coleta aplicada nesta última foi a realização de entrevistas.

Na pesquisa bibliográfica, foram selecionados livros e artigos científicos para o embasamento teórico do trabalho e para fazer uma breve atualização sobre o tema, observando o que tem sido produzido no meio científico e as diversas interpretações em torno do debate do desenvolvimento local.

No tocante aos dados secundários utilizados no trabalho, além de fazer um levantamento de indicadores relacionados à atividade produtiva, será também sistematizado um levantamento de indicadores relacionados ao mercado de trabalho, como o nível de ocupação e renda, aspectos sociais e demográficos e a incidência da pobreza. Espera-se que essas informações possam servir como instrumento positivo para facilitar a construção e aperfeiçoamento das políticas públicas no município.

O cenário socioeconômico de Livramento, será construído a partir de um conjunto de informações relevantes no município para, através da análise dos indicadores, ser possível apontar um direcionamento de áreas que necessitam de mais atenção da gestão pública na busca da promoção do desenvolvimento local.

Os dados secundários analisados foram obtidos nos últimos Censos Demográficos, coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentre as variáveis avaliadas, estão os indicadores de atividade econômica, como desempenho da produção por atividade, PIB municipal, PIB *per capita*; e, sobre o mercado de trabalho, destacam-se os indicadores da PEA (População Economicamente Ativa) por grau de instrução e gênero, além das ocupações por atividade econômica, contribuição segundo a ocupação e previdência social e rendimento médio das famílias.

Além da caracterização socioeconômica do município de Livramento, também foram analisados alguns indicadores referentes à microrregião do Cariri Ocidental que é composta por 17 municípios. São eles: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê. Os dados foram coletados e, com auxílio do uso de planilha eletrônica, foram construídos gráficos e tabelas para facilitar a interpretação e análise dos mesmos.

É válido ressaltar que há uma dificuldade em definir um recorte temporal, visto que as informações municipais nem sempre são disponibilizadas em uma série histórica, se comparado ao modo como são disponibilizadas as informações estaduais e nacionais. Por isso, a maioria dos indicadores estarão localizados nos anos 2000 em diante, com a possibilidade de haver ausência de dados em determinados anos.

Além dos dados secundários, foi realizada uma pesquisa de campo através da realização de entrevistas com os principais gestores do município de Livramento. O objetivo dessa entrevista foi buscar informações sobre o destino dos recursos recebidos dos governos federal e estadual, além das estratégias que têm sido realizadas pelo setor público nos últimos anos para promover o desenvolvimento econômico e social de Livramento.

A escolha dos gestores para a realização da pesquisa de campo foi feita pela sua posição no planejamento estratégico da gestão municipal entre secretários e prefeito. A entrevista foi realizada pessoalmente apenas com um gestor, os outros gestores entrevistados foram ouvidos através do telefone. Esse recurso foi utilizado pela dificuldade de encontrar esses gestores pessoalmente, principalmente por este ter sido ano de eleições.

As principais questões abordadas nas entrevistas foram: a percepção do gestor da importância do planejamento econômico; as estratégias para o desenvolvimento local; potencialidades do município; e, as principais dificuldades encontradas para a execução do planejamento municipal.

Foram entrevistados 5 gestores, dos quais 3 haviam concluído o ensino superior e 2 haviam concluído o ensino médio/técnico. As principais dificuldades encontradas para conseguir as entrevistas foram os desencontros com os gestores devido ao período eleitoral. A maioria dos gestores entrevistados esteve envolvida com a política municipal e, por esse motivo, havia a dificuldade de reservar um horário para entrevistá-los pessoalmente, tanto

pela disponibilidade de tempo das duas partes e até por medo, por parte do gestor, de se comprometer nesse período de eleição.

4 Desenvolvimento e gestão local: o caso do município de Livramento-PB

4.1 Formação histórica e características do município

O município de Livramento-PB fica localizado na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Ocidental a 289 km da capital do estado, João Pessoa. Possui uma área territorial de 270,753 km², sendo o 10º município dos 17 municípios do Cariri Ocidental, com a maior área territorial da microrregião. Em 2010, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE, a população livramentense era de 7.164 pessoas, sendo 3.640 mulheres e 3.524 homens. A população estimada para 2015 era de 7.355 pessoas (IBGE Cidades, 2016).

De acordo com o histórico da cidade, oficialmente registrado no IBGE, a atual sede de Livramento situa-se em terras antigas da fazenda Livramento, propriedade de José Marinheiro de Brito que ergueu uma capela em suas terras e a dedicou à padroeira da cidade com a denominação de Nossa Senhora do Livramento. Pouco tempo depois das primeiras habitações instaladas no povoado, Idelfonso de Almeida Filho construiu várias casas e instalou uma indústria de beneficiamento de algodão na localidade, fato esse que contribuiu enormemente para a ida de outros moradores para a região. Livramento foi distrito até o dia 15 de dezembro de 1961, quando sob a lei 2.625 do mesmo ano, ficou independente do Município de Taperoá. Foi emancipado no dia 11 de novembro de 1962, sendo o seu primeiro prefeito Clóvis Leite de Almeida (IBGE CIDADES, 2016).

Livramento localiza-se na região central do Estado da Paraíba e faz divisa ao norte com os municípios de Taperoá e Desterro, leste e sul com São José dos Cordeiros, e oeste, com Itapetim (PE) e Desterro. Está inserido no polígono das secas e possui clima quente com chuvas de verão. Do total da população, no ano de 2010, 91% seguiam a religião católica apostólica romana e os outros 9% seguiam religiões evangélicas. No ano de 2010, 70% da população era considerada alfabetizada (IBGE CIDADES, 2016).

Atualmente o município é governado pela prefeita Carmelita Estevão Ventura Sousa. Em 2010, possuía um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)⁴ de 0,56 ocupando a posição 165 no estado. Esse índice é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Quanto mais

⁴ O IDHM é constituído pelas dimensões longevidade, educação e renda. A vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer; o acesso ao conhecimento é medido por meio de indicadores de escolaridade; e o padrão de vida é medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média dos residentes do município (PNUD, 2016).

próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Portanto, o IDHM do Município de Livramento é considerado baixo (IDHM, 2010; PNUD, 2016).

As próximas seções do trabalho serão dedicadas à análise de uma série de indicadores relacionados à demografia, condições de vida, atividade econômica e mercado de trabalho no município. O objetivo, neste momento, é trazer informações e analisar como se encontram os indicadores socioeconômicos do município e, de forma geral, construir um cenário da situação local. Posteriormente, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas junto aos gestores municipais sobre a percepção destes acerca do papel do Estado na promoção do desenvolvimento e sobre o que tem sido feito em relação a estratégias de desenvolvimento promovidas pela gestão local.

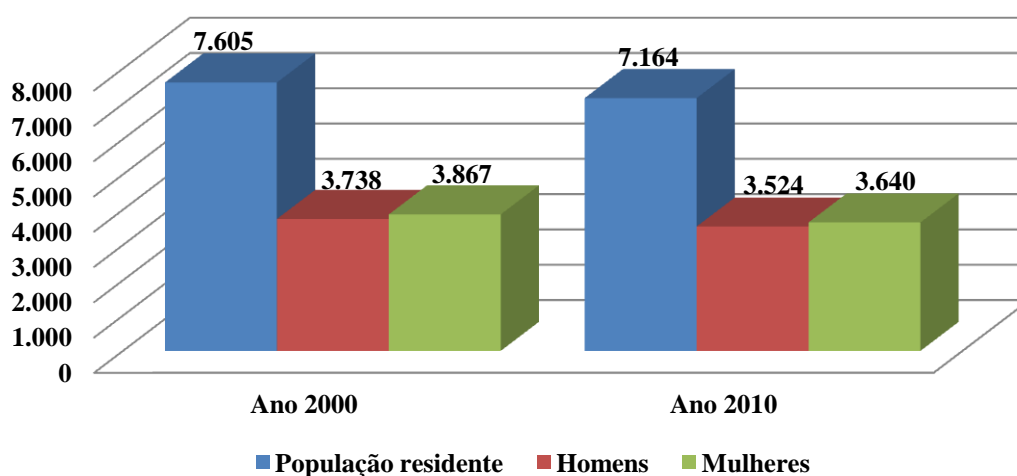
4.2 Demografia, educação e nível de pobreza

Para iniciar o conjunto das informações necessárias à análise das características do desenvolvimento do município de Livramento, nesta seção serão abordados os dados relacionados à evolução da população residente e suas principais características, segundo os dados do IBGE, e também dados referentes à educação e à situação da pobreza no município.

A partir do Gráfico 1, podemos observar e comparar as características da população de Livramento, segundo o sexo, nos anos 2000 e 2010.

Em 2010, a população residente de Livramento foi estimada em 7.164 pessoas, sendo 51% da população do sexo feminino e 49% do sexo masculino. Observa-se que a presença maior do sexo feminino na população do município já era registrada no ano 2000 e essa condição não mudou. Comparando com o ano de 2000, houve uma taxa de crescimento negativa da população, representando uma queda absoluta de 441 pessoas residentes no município. De forma geral, esse movimento pode ser notado em função da queda da taxa de natalidade observada no país, que passou de uma taxa bruta de natalidade (por mil habitantes) de 20,86 em 2000 para 15,88 em 2010, segundo dados do IBGE. Além disso, o processo migratório da população na busca de novas oportunidades em outras cidades e regiões mais desenvolvidas do país pode ter sido outro fator determinante para este comportamento dos dados.

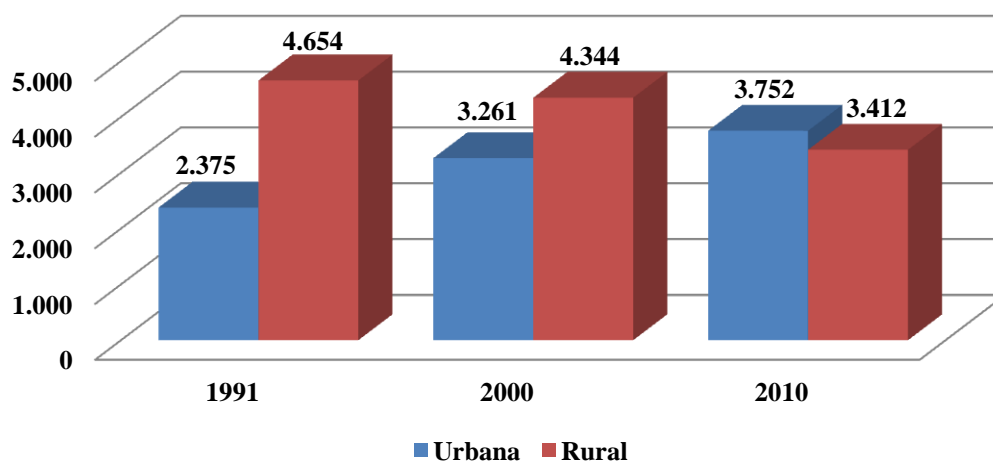
Gráfico 1: Livramento - População residente segundo o sexo em 2000 e 2010 (nº pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico. 2016.

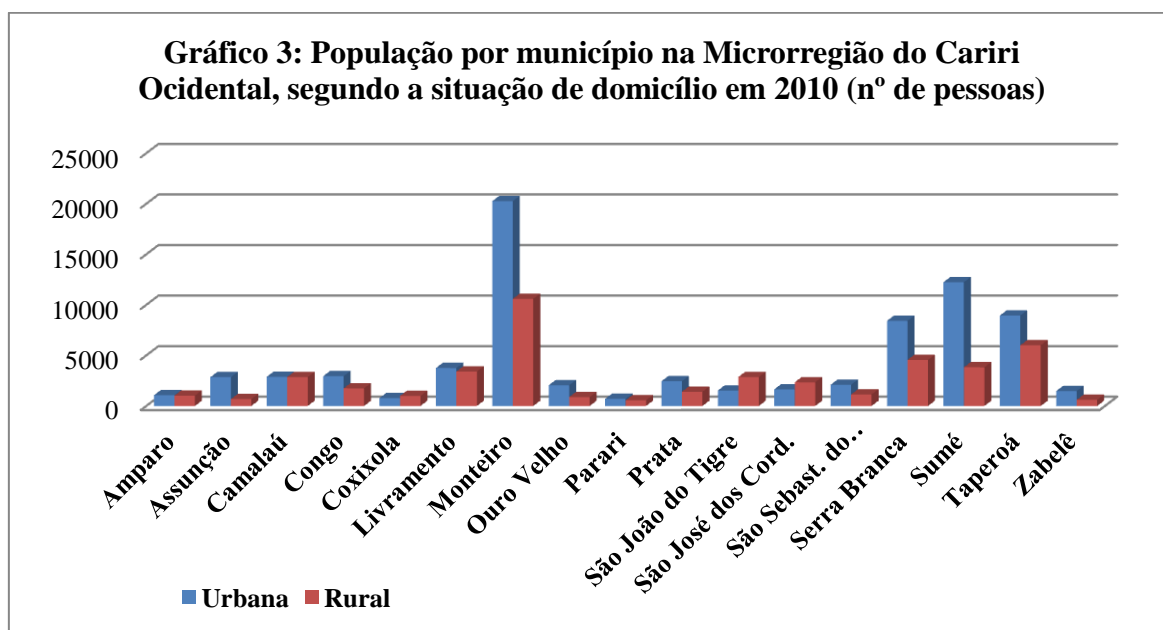
Em relação à situação do domicílio, em 2010, 52% da população residia na área urbana, enquanto 48% residia na área rural (Gráfico 2). É importante observar que os dados de uma década anterior apontavam que era na área rural onde estava concentrado o maior número de pessoas no município. No entanto, nas últimas décadas, a população urbana cresceu significativamente, passando a ser maioria no município e confirmando a tendência de urbanização observada não só em Livramento, mas em todos os municípios da microrregião.

Gráfico 2: Livramento - População residente segundo a situação do domicílio em 1991, 2000 e 2010 (nº pessoas)



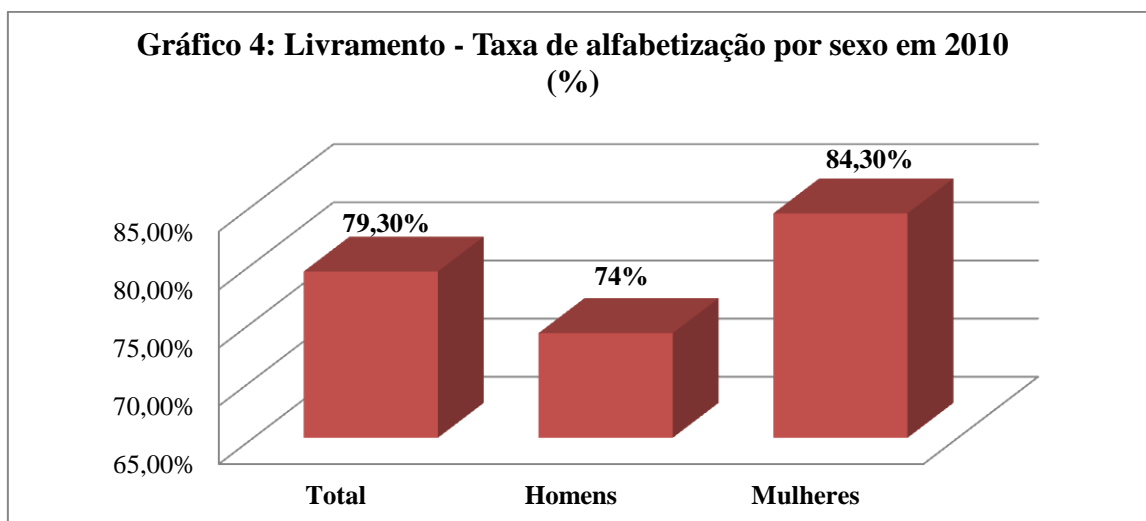
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico. 2016.

O Gráfico 3 apresenta os dados da população da microrregião do Cariri Ocidental no ano de 2010. É possível destacar a tendência de urbanização seguida pela maioria dos municípios. Também podemos ranquear os municípios que têm maior participação em termos de população residente dentro da microrregião. O município de Livramento tem a 5ª maior população na microrregião, que é composta por 17 municípios, atrás somente de Monteiro, Sumé, Taperoá e Serra Branca.



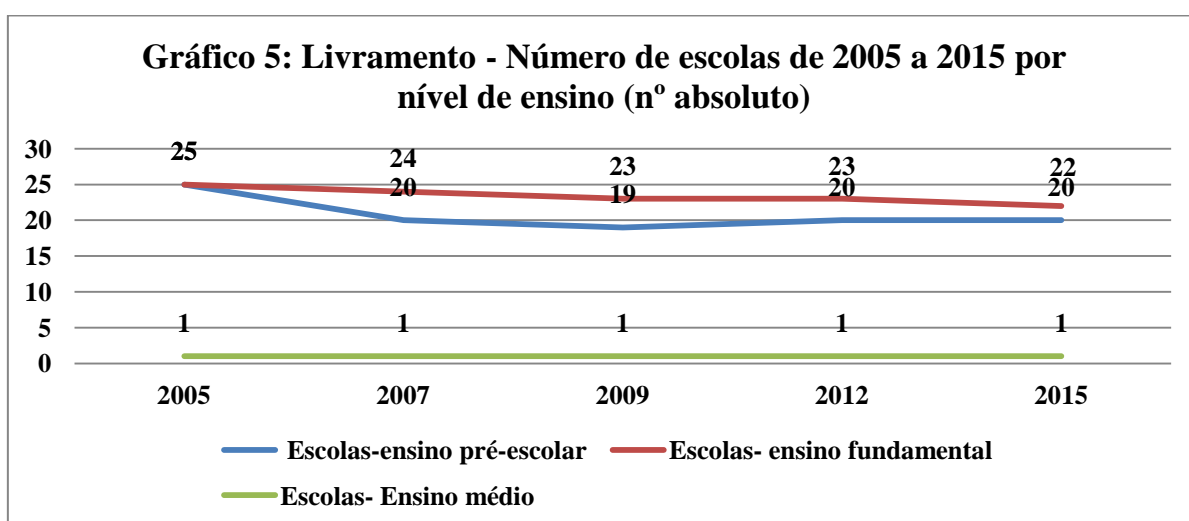
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico, 2016.

Em relação à educação no município de Livramento, os dados mostram que, em 2010, a taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade era de 79,3%, que corresponde a dizer que de cada 100 pessoas no município, de 10 anos de idade ou mais, 79 consegue ler, ao menos, um bilhete simples. Essa taxa é maior para o sexo feminino, chegando a 84,3%, conforme apresentado no Gráfico 4.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico, 2016.

A rede pública de educação é 100% responsável pela alfabetização da população livramentense, já que todas as escolas existentes no município são municipais e/ou estaduais. Segundo os dados do IBGE, em Livramento, no ano de 2015, encontrava-se em funcionamento um total de 22 escolas, distribuídas entre os três níveis de ensino: pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio. Destas, 20 escolas (todas municipais) responsáveis pelo ensino pré-escolar, 22 escolas (20 municipais e 2 estaduais) pelo ensino fundamental e 1 escola estadual responsável pelo ensino médio. O Gráfico 5 mostra a evolução do número de escolas no município segundo os níveis de ensino. Nele, podemos observar que, em uma década, o número de escolas responsáveis pelo ensino pré-escolar e ensino fundamental caiu. Além disso, apenas uma escola é (e sempre foi) responsável pelo ensino médio no município.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico, 2016

Outro dado importante a ser analisado aqui diz respeito ao nível de pobreza no município e à desigualdade de renda, informações essas que estão representadas na Tabela 1. Os dados foram corrigidos a preços de agosto de 2010 e foi tomado como base o valor do salário mínimo deste mesmo ano, que na época correspondia ao valor de R\$ 510,00. Segundo os dados do Atlas do desenvolvimento humano do Brasil de 2013, a renda *per capita* média mensal de Livramento cresceu 192,41% de 1991 a 2010, passando de R\$ 71,04 em 1991 para R\$ 115,09 em 2000 e para R\$ 207,73 em 2010. Apesar da significativa melhora neste indicador, a renda média *per capita* do município ainda pode ser considerada muito baixa sendo, portanto, um ponto relevante que merece a devida atenção dos gestores municipais, especialmente no que diz respeito à promoção de políticas públicas relacionadas à geração de emprego e renda.

Tabela 1- Renda, Pobreza e Desigualdade - Livramento – PB (1991, 2000 e 2010)

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	71,04	115,09	207,73
% de extremamente pobres	73,66	51,06	27,37
% de pobres	91,03	71,39	48,84
Índice de Gini	0,61	0,58	0,50

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano do Brasil, 2013

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* mensal inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 91,03% em 1991, para 71,39% em 2000 e para 48,84% em 2010. Enquanto que a proporção das pessoas extremamente pobres, isto é, com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00 por mês, passou de 73,66% em 1991 para 27,37% em 2010. Nota-se, portanto, uma melhora significativa no número de pobres e extremamente pobres no município de Livramento. Essa evolução nos indicadores de pobreza, possivelmente, em muito se deve aos incentivos federais, através de programas sociais como Bolsa Família e outros, que tiveram grande importância no combate à pobreza no país, mas especialmente em pequenos municípios como Livramento, onde trouxe muitos impactos positivos. No entanto, a proporção de pobres e extremamente pobres ainda é um dado preocupante que necessita de atenção da gestão municipal.

A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, ainda representado na Tabela 1. Este índice é um parâmetro usado para medir a desigualdade de distribuição de renda. Ele varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, total concentração de renda. Os dados mostram a melhora nesse indicador nos 20

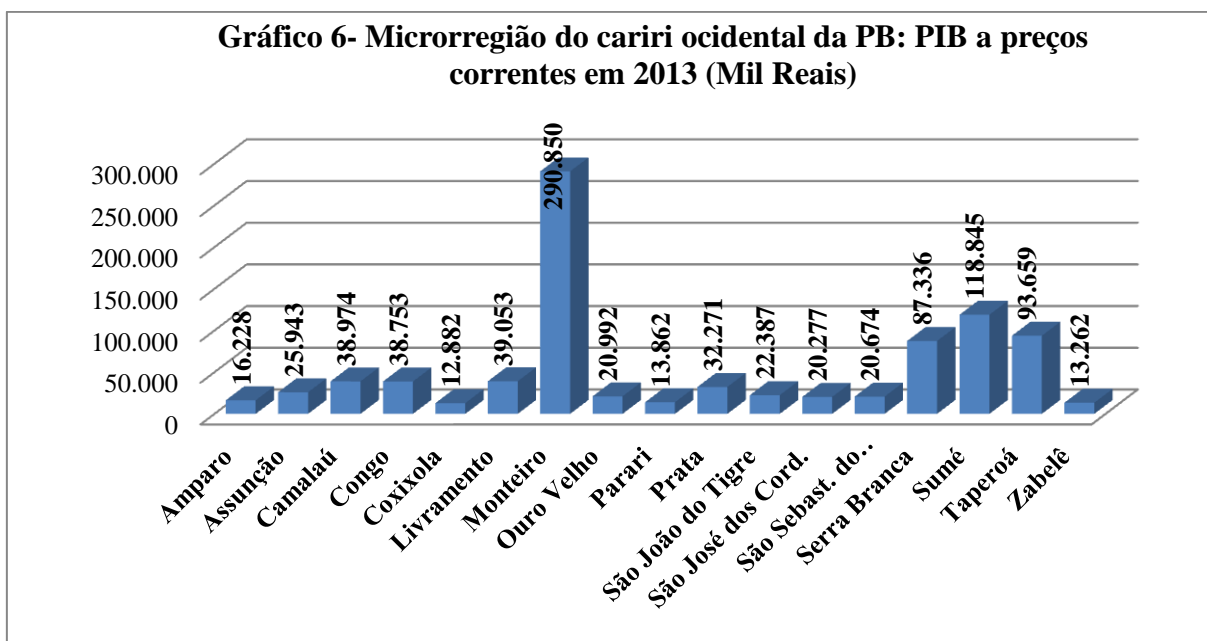
anos estudados, ou seja, a desigualdade diminuiu no município de Livramento, passando de 0,61 em 1991 para 0,58 em 2000 e para 0,50 em 2010.

4.3 Atividade econômica – PIB e PIB *per capita*

Esta seção será dedicada à análise da estrutura produtiva do município de Livramento, sendo considerados os indicadores: PIB municipal e PIB *per capita*. O período analisado será compreendido entre 2003 e 2013 e, a partir desse horizonte de médio prazo, poderemos analisar o comportamento dos grandes setores da economia, destacando as principais mudanças verificadas na estrutura produtiva do município.

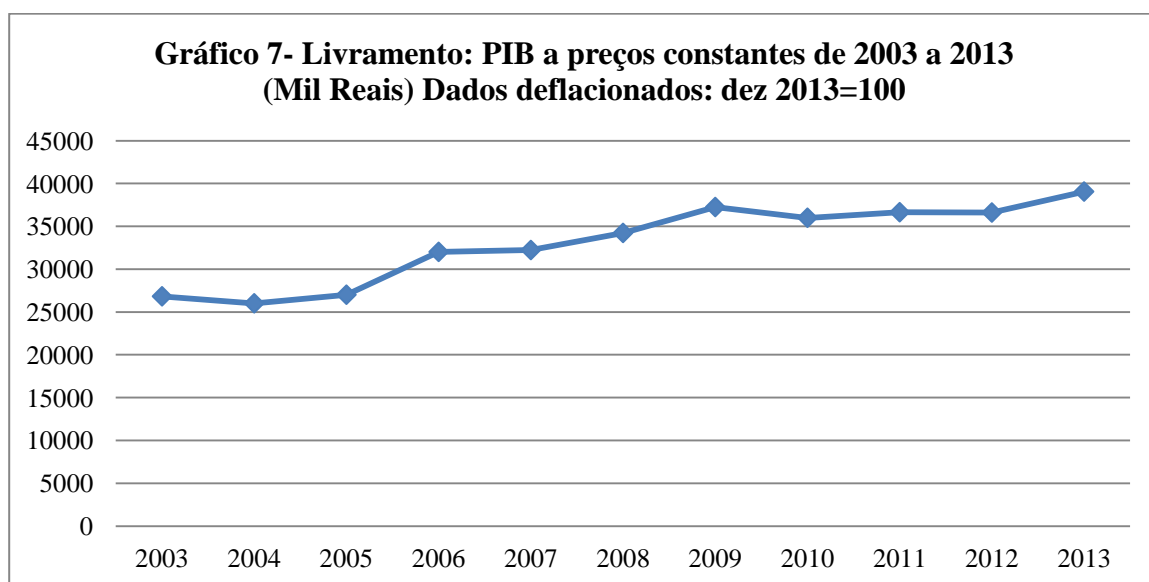
A análise do PIB que, por definição, é tudo que é produzido em termos de bens e serviços finais, em um determinado lugar, em certo período de tempo, tem o objetivo de medir o nível de riqueza do município, visto que quanto mais se produz, mais são criadas as condições para se estimular o consumo e o investimento. Já o PIB *per capita*, que é obtido a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes, ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico do município servindo como referência para o nível de renda das pessoas, porém de forma limitada, já que este indicador é bastante questionado quanto a sua metodologia, pois não leva em consideração a desigualdade de renda.

O município de Livramento é um dos 17 municípios do cariri ocidental paraibano. Em 2013 apresentou um PIB de R\$ 39.053.000,00, sendo o 5º maior da microrregião, atrás apenas de Monteiro (R\$ 290.850.000,00), Sumé (R\$ 118.845.000,00), Taperoá (R\$ 93.659.000,00) e Serra Branca (R\$ 87.336.000,00), conforme o Gráfico 6. O município de Monteiro é disparado o de maior PIB da microrregião, sendo mais de duas vezes maior que o PIB de Sumé, que é o segundo maior PIB do cariri ocidental, e 24 vezes o PIB do município de Coxixola que é o menor PIB da microrregião.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE Cidades, 2016.

Fazendo uma análise temporal do PIB de Livramento, nos dez anos verificados, podemos observar uma tendência positiva de crescimento (Gráfico 7). De 2003 a 2013, apresentou uma taxa de 46% em termos reais, ou seja, descontada a inflação.

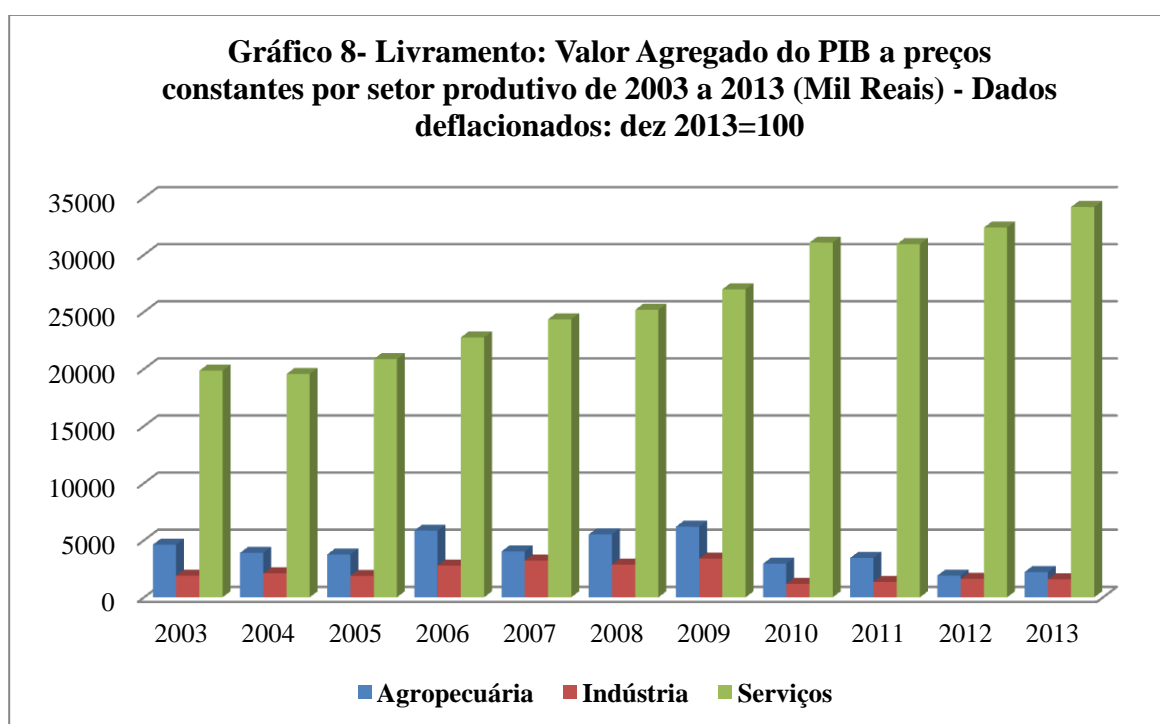


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE cidades, 2016.

Quanto à participação do PIB por setor produtivo, podemos observar a dependência do município do setor de serviços durante todo o período analisado. Este setor apresentou uma taxa de crescimento de 72% entre 2003 e 2013. O setor de serviços ganhou ainda mais espaço na estrutura produtiva municipal com a perda relativa de espaço da agropecuária, que teve

taxa negativa de pouco mais de 50% no período, além da indústria com taxa de crescimento negativa de 16%.

Podemos simplificar a análise do Valor Adicionado Bruto por setor dividindo o período analisado em dois estágios de tempo, o primeiro de 2003 a 2009 e o segundo de 2010 a 2013. A partir dessa divisão destacam-se características diferentes entre os dois períodos de tempo. O período que vai de 2003 a 2009, foi marcado pelo crescimento do valor agregado para todos os setores econômicos no município de Livramento, ou seja, agropecuária, indústria e serviços cresceram em termos reais no ano de 2009 em comparação ao ano de 2003. Já no segundo período que vai de 2010 a 2013, observou-se que o crescimento do PIB total se deu muito próximo ao crescimento do setor de serviços. Em contrapartida, o setor da agropecuária que tinha, até então, uma participação significativa na composição do PIB perdeu, juntamente com a indústria, peso importante na participação da estrutura produtiva de Livramento (Ver Gráfico 8).

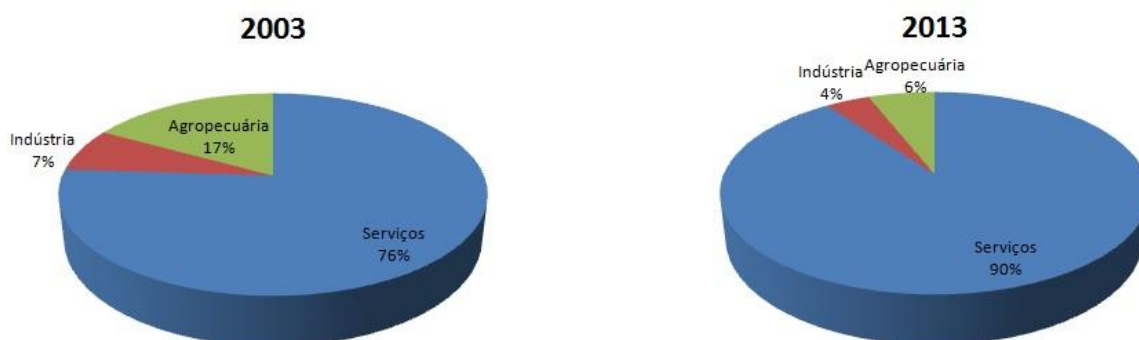


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE Cidades, 2016.

No Gráfico 9, registra-se mais detalhadamente essas transformações entre os anos de 2003 a 2013, como o ganho de participação do valor agregado do setor de serviços, bem como a queda das participações dos setores da agropecuária e indústria. Evidenciou-se uma participação de 90% do setor de serviços na economia local em 2013, incluindo-se neste o valor agregado dos impostos sobre produtos, um aumento de 16 pontos percentuais em

comparação ao ano de 2003. Por outro lado, notou-se uma queda impressionante do setor agropecuário em Livramento, que em 2003 representava 17% da composição do PIB total e em 2013 apenas 6%. É importante ressaltar que este setor enfrenta muitas dificuldades, principalmente no que se refere a questões climáticas e culturais, uma vez que a crise hídrica que assola o país é muito grave no município, e o solo não é pouco fértil, afetando diretamente os custos e inviabilizando novos investimentos no setor. No entanto, apesar da queda da participação do setor agropecuário na composição do PIB municipal, as atividades ligadas a agricultura são as que mais ocupam pessoas no município. Este comportamento dos setores produtivos na economia de Livramento é um dado preocupante, visto que a dinamização econômica está quase que inteiramente concentrada no setor de serviços, limitando a geração de emprego e renda a este setor.

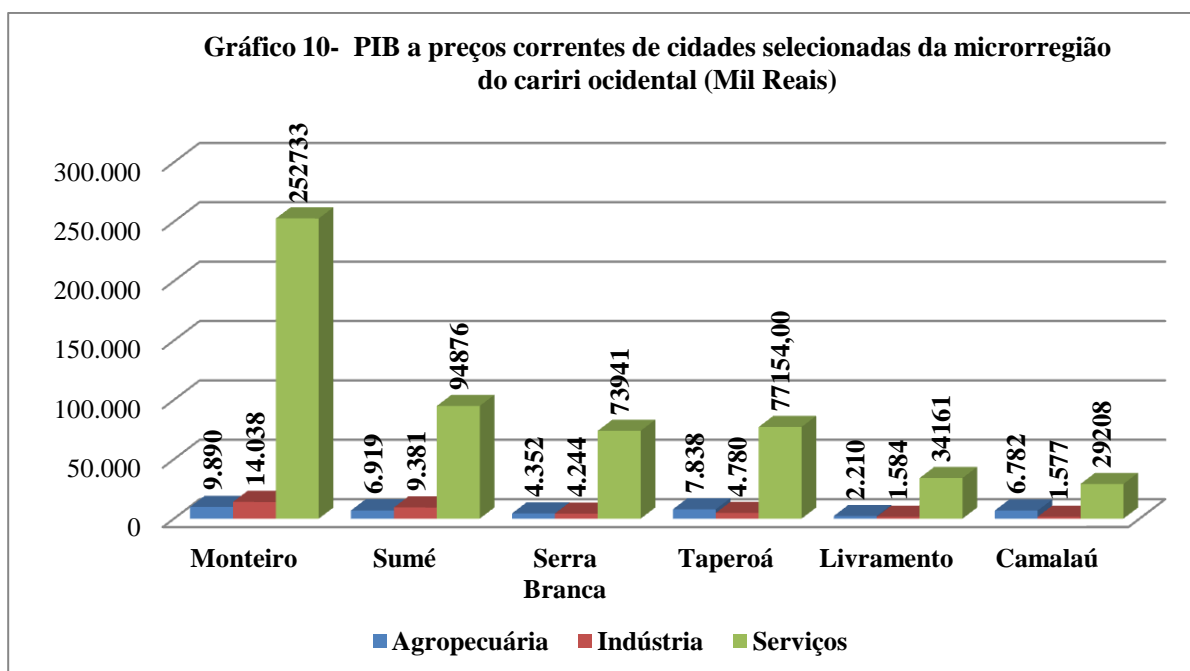
Gráfico 9 - Livramento: Participação do valor adicionado a preços constantes por setor produtivo em 2003 e 2013 (%) - Dados deflacionados: dez 2013=100



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE Cidades, 2016.

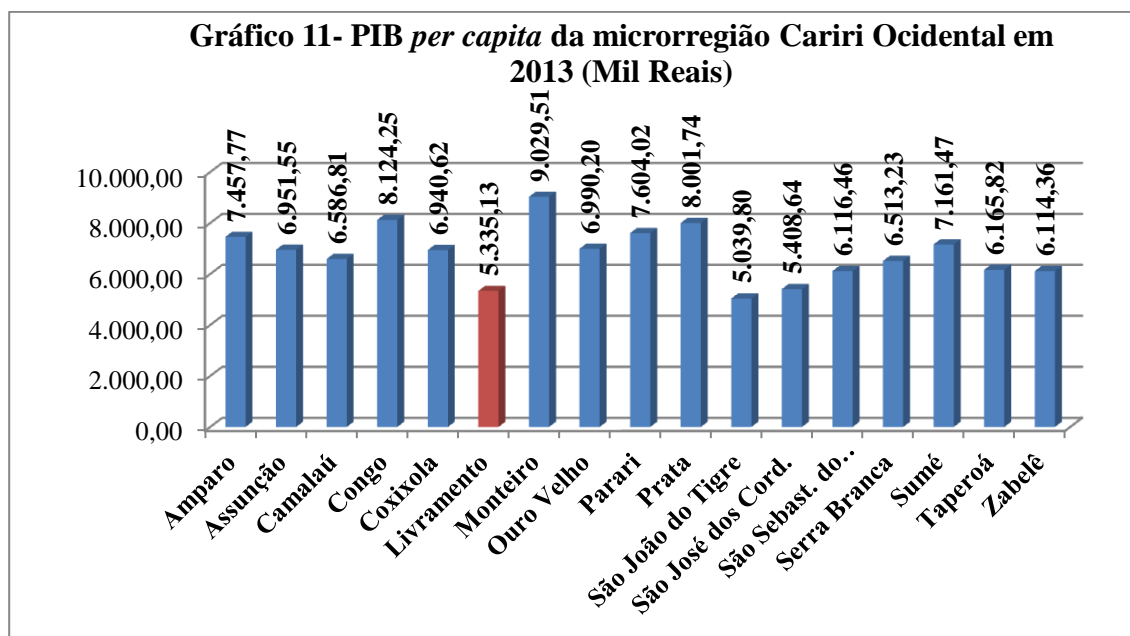
Essa tendência de crescimento do setor de serviços na composição do PIB foi observada não apenas em Livramento, mas em todas as cidades da microrregião do Cariri Ocidental (na verdade essa tendência tem sido observada mundialmente). Nas cidades selecionadas da microrregião, apresentadas no Gráfico 10, destacam-se as características da estrutura produtiva desses municípios para o ano de 2013 e a importância relativa do setor de serviços na composição do PIB desses municípios. Podemos observar que apenas o município de Sumé teve o setor da indústria como segundo setor de maior participação no PIB que, juntamente com Monteiro, teve a agropecuária com menor peso relativo na composição. Livramento, assim como Taperoá, Camalaú e a maioria dos municípios da microrregião

ficaram atrás do setor de serviços, seguido pelo setor agropecuário com maior valor adicionado no PIB em 2013.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE Cidades, 2016.

Outro indicador a ser analisado na atividade econômica do município de Livramento é o PIB *per capita*. De acordo com o Gráfico 11, Livramento registrou, no ano de 2013, um PIB *per capita* de R\$ 5.335,13. Diferentemente da análise anterior (do PIB), o PIB *per capita* de Livramento foi apenas o penúltimo dentro da microrregião, a frente apenas do município de São João do Tigre, indicando o frágil desenvolvimento econômico e nível de renda do município em comparação aos demais municípios da microrregião.



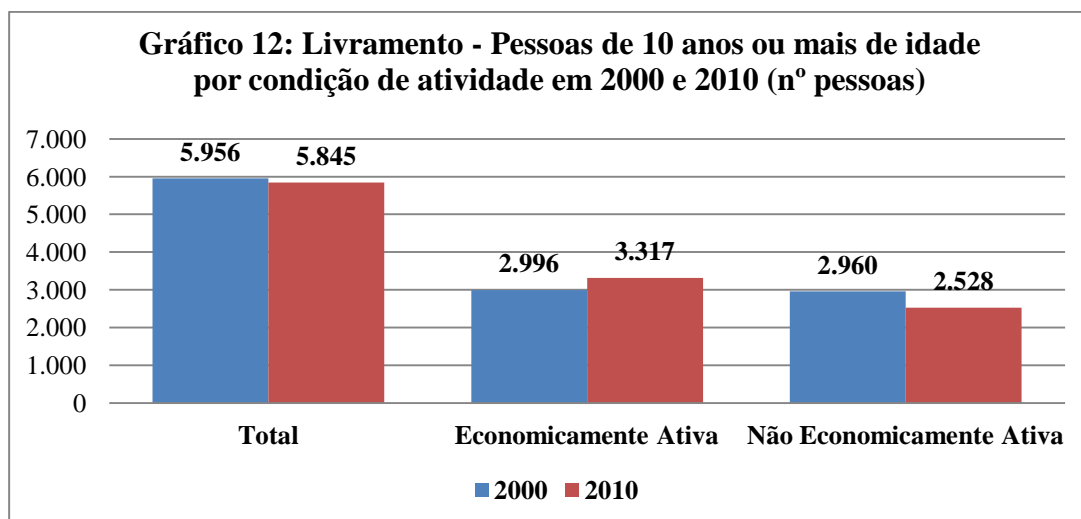
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE Cidades, 2016.

Embora este indicador, individualmente, não seja capaz de medir o tamanho do desenvolvimento de Livramento e a distribuição de renda, ele é importante para a análise e um bom direcionador, visto que, empiricamente, países/regiões/municípios que são mais desenvolvidos possuem maiores níveis de PIB *per capita*. Geralmente, aqueles com maiores níveis de PIB *per capita* apresentam melhor IDH. No entanto, como já foi mencionado, este indicador é sempre alvo de muitas polêmicas por não levar em consideração a desigualdade de renda, mas não deixa de ser importante para a nossa análise.

4.4 Mercado de Trabalho

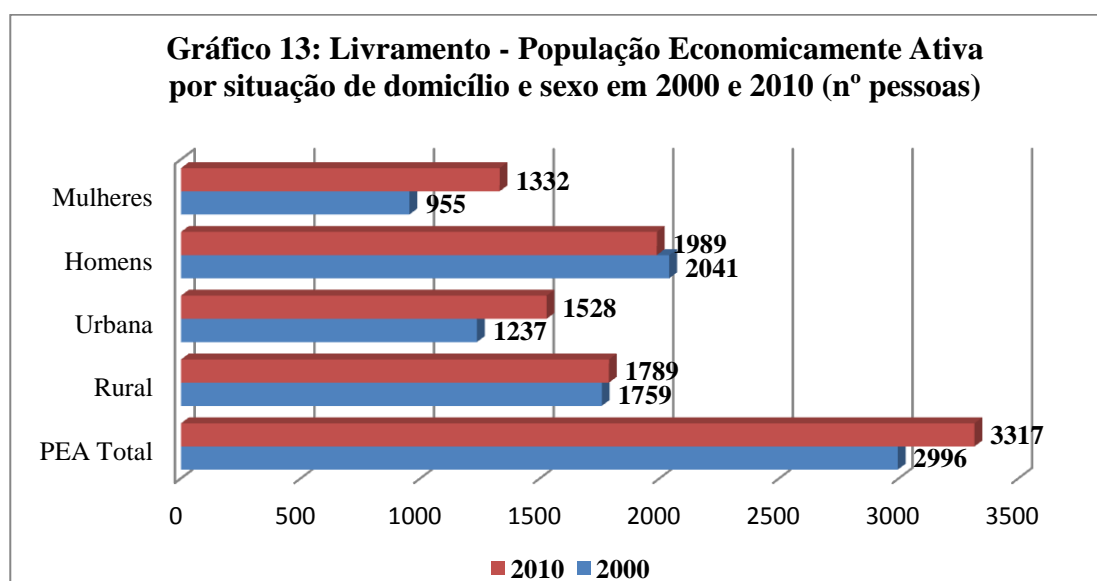
Esta seção será dedicada ao tratamento dos dados relacionados ao mercado de trabalho. Aqui serão analisadas as características da população economicamente ativa quanto ao sexo, idade, situação de domicílio, ocupações e rendimentos.

No ano de 2010, a população em idade ativa no município de Livramento foi estimada em 5.845 pessoas. Cerca de 3.317 pessoas, ou 56,75%, compunham a população economicamente ativa (PEA) e 2.528 pessoas, ou 43,25%, totalizavam a população não economicamente ativa. Em comparação ao ano de 2000, a população em idade ativa teve uma taxa decrescente de 1,8%. A PEA registrou um crescimento positivo de 10%, enquanto a população não economicamente ativa apresentou uma queda de 14% (Gráfico 12).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico, 2016

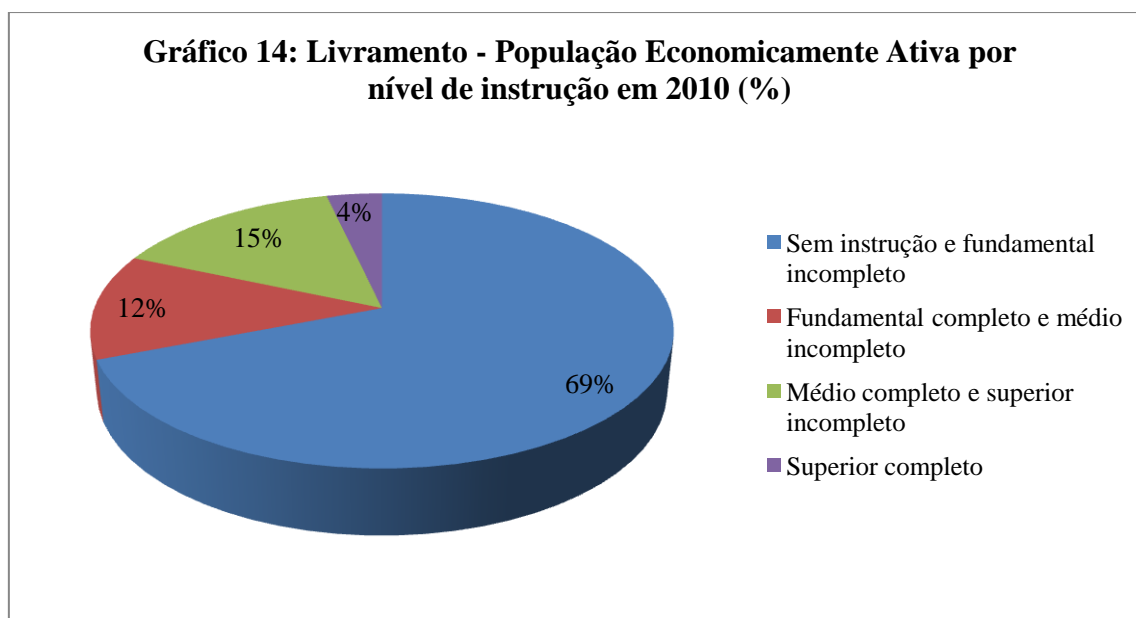
Da PEA, no ano de 2010, 46% eram residentes da área urbana da cidade e os outros 54% da área rural. Em comparação com o ano 2000, observou-se uma mudança entre as áreas rural e urbana do município. No ano de 2000, 59% da população economicamente ativa de Livramento era residente da área rural da cidade e em 2010 esse número era de 54%. A PEA residente da área urbana subiu de 41% para 46%. Mas, apesar da possível migração entre as áreas de domicílio do município, observa-se que a porcentagem da PEA de Livramento ainda é maior na zona rural (Gráfico 13).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico, 2016

Em relação ao sexo, 60% da PEA de Livramento era do sexo masculino e 40% do sexo feminino. Em comparação ao ano de 2000, quando representava cerca de 32% da PEA, as mulheres ganharam mais espaço no mercado de trabalho do município. Os homens, por sua vez, tiveram um crescimento negativo de 2% e perderam participação na PEA.

Na distribuição da PEA, em 2010, segundo o nível de instrução, predominaram aqueles sem instrução e fundamental incompleto, representando 69% da PEA. Do total, 15% pertenciam ao nível médio completo e superior incompleto, 12% ao fundamental completo e médio completo e apenas 4% da população economicamente ativa de Livramento haviam concluído o nível de ensino superior completo, como se destaca no Gráfico 9.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico. 2016

A análise do mercado de trabalho, segundo a ocupação no trabalho principal, apontou que o setor agropecuário é o que mais concentra a população trabalhadora, com cerca de 66% da população ocupada nesta atividade, que abrange agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Tanto no sexo masculino como no sexo feminino foi observado que é esta atividade que as pessoas mais declaram como sendo o trabalho principal.

Como pode ser observado na Tabela 2, os homens têm participação maior nas ocupações no município, com 60% do total de ocupados e 40% das mulheres. Apesar da forte presença masculina, as mulheres se destacam em algumas atividades, como serviços domésticos (100% das ocupações), administração pública e educação, sendo esta última

responsável por 82% das ocupações. Além destas atividades, a presença feminina é destaque também na área da saúde, onde representa 56% das ocupações. O sexo masculino tem maior destaque nas atividades de construção, comércio e reparação de veículos automotores e bicicletas e transporte, armazenagem e correio, sendo esta última responsável por 100% das ocupações.

Tabela 2 - Livramento: Pessoas ocupadas por atividade no trabalho principal e por sexo em 2010 (nº de pessoas)

	Total	Homens	Mulheres
Total	3.216	1.933	1.283
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.134	1.429	705
Indústrias de transformação	29	17	11
Água, esgoto, ativid. de gestão de resíduos e descontaminação	11	3	8
Construção	114	108	6
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	175	118	57
Transporte, armazenagem e correio	25	25	-
Alojamento e alimentação	23	13	10
Informação e comunicação	3	3	-
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6	-	6
Atividades administrativas e serviços complementares	6	3	3
Administração pública, defesa e seguridade social	235	130	105
Educação	192	34	158
Saúde humana e serviços sociais	54	24	30
Artes, cultura, esporte e recreação	3	3	-
Outras atividades de serviços	16	9	7
Serviços domésticos	111	-	111
Atividades mal especificadas	81	15	66

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico. 2016

Do total de trabalhadores empregados em Livramento, 33% possuem carteira de trabalho assinada, 60,5% não possuem carteira de trabalho assinada e 6,5% eram militares e funcionários públicos estatutários, no ano de 2010, como podemos observar na Tabela 3. Em relação aos indivíduos sem carteira assinada, destacam-se os trabalhadores domésticos que, em Livramento, é uma atividade predominantemente do sexo feminino e apresenta 100% dos empregados sem a carteira de trabalho assinada. A quantidade de pessoas trabalhando na informalidade é um dado preocupante para o desenvolvimento do município visto que, grande parte destes trabalhadores não contribui com a previdência social, fato este que demonstra a

precariedade do trabalho e que representa uma consequência direta para o trabalhador, que, entre outros motivos, encontra dificuldades em gozar de direitos trabalhistas como rescisão de contrato de trabalho remunerada, seguro desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço, etc.

Tabela 3 - Livramento: Empregados por categoria de emprego e sexo em 2010 (nº de pessoas)

	Total	Homens	Mulheres
Empregados	938	456	482
Empregados - com carteira de trabalho assinada	310	159	151
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	60	22	38
Empregados - sem carteira de trabalho assinada	568	275	293

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico. 2016

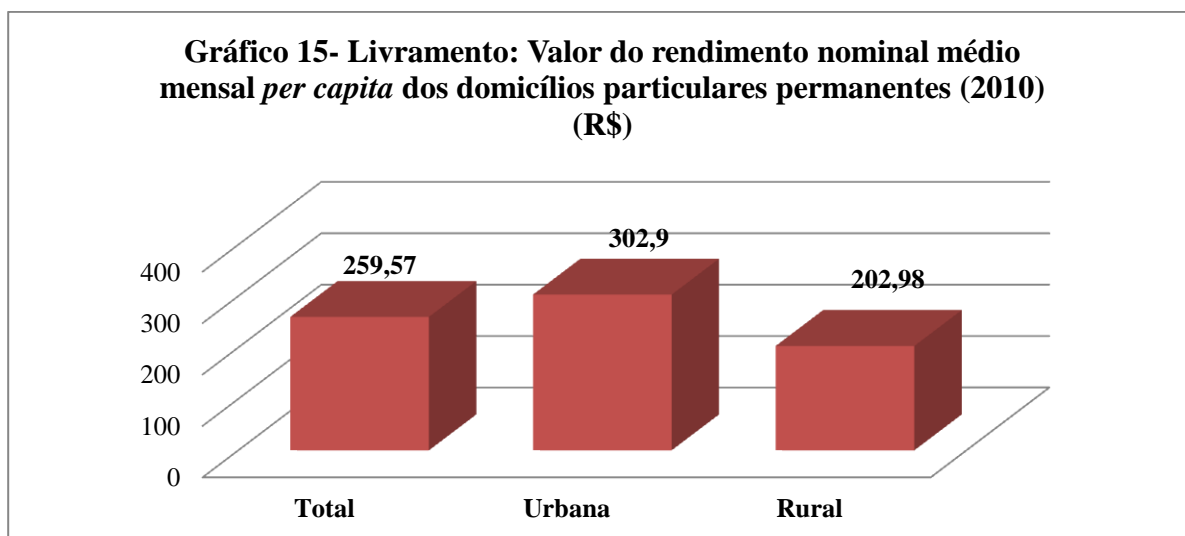
Além destas categorias, o trabalho por “conta própria” e os “trabalhadores para o próprio consumo” representam um número significativo de ocupações, aumentando ainda mais o grau de informalidade do trabalho no município. Esse aspecto é um ponto que merece atenção especial dos gestores municipais para buscar promover melhorias nas condições de trabalho no município de Livramento. No entanto, observa-se que a maioria dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores para o próprio consumo estão ocupados nas atividades ligadas ao setor agropecuário, setor este que mais ocupa pessoas no município. Sendo assim, é muito difícil que no curto-prazo a situação do trabalho informal no Município de Livramento passe por grandes mudanças, visto que, para reduzir a informalidade o emprego na agricultura deveria reduzir também. Nesse impasse, é importante que os gestores fiquem atentos a esta informação e busquem alternativas que possam favorecer o trabalhador, que precisam garantir os seus direitos, e o padrão de vida das pessoas.

Tabela 4 - Livramento: Empregados no trabalho informal por sexo em 2010 (nº de pessoas)

	Total	Homens	Mulheres
Empregados - sem carteira de trabalho assinada	568	275	293
Empregados - sem carteira de trabalho assinada - contribuintes da previdência	129	46	83
Empregados - sem carteira de trabalho assinada - não contribuintes da previdência	439	229	210
Empregados - trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada	111	-	111
Conta própria	566	459	106
Empregadores	12	10	3
Não remunerados	385	218	167
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	1.315	789	526

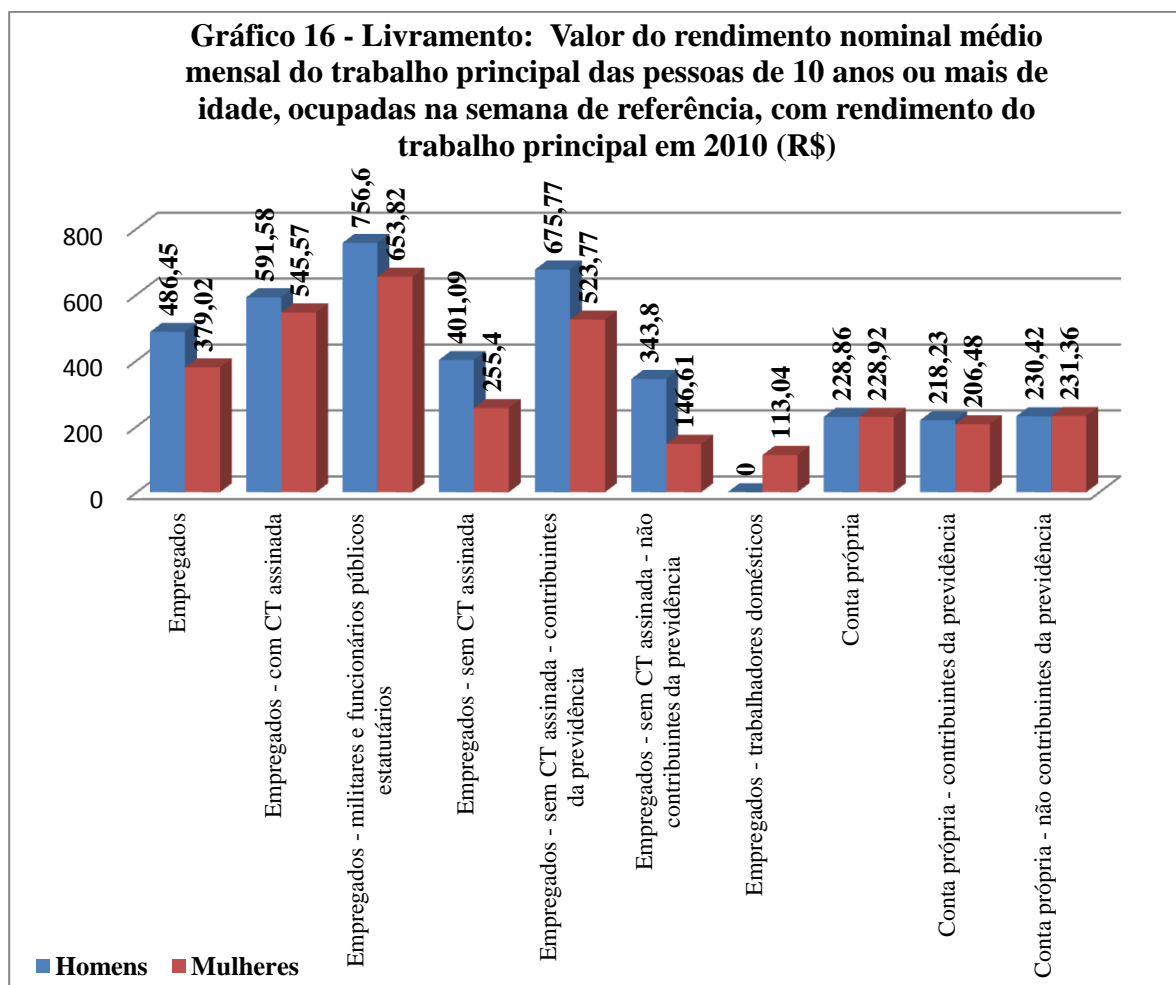
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico. 2016

Em relação ao rendimento no município, apesar de não ser suficiente para avaliar o nível de renda de todas as pessoas, a renda *per capita* é um indicador importante a ser analisado, visto que considera a renda gerada no município pelo número de habitantes. Em Livramento foi observado que o valor do rendimento médio por pessoa dos domicílios era de R\$ 259,57 em 2010, conforme apresentado no Gráfico 15, sendo na área rural um rendimento médio de R\$ 202,98 por pessoa e na área urbana um rendimento médio de R\$ 302,90 por pessoa. Estes dados indicam o quanto é baixa a renda *per capita* no município, uma característica que é comum em pequenos municípios paraibanos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico. 2016

Levando em consideração o rendimento por categoria de emprego (Gráfico 16), observou-se que a maior remuneração média em Livramento é dos militares e funcionários públicos estatutários do sexo masculino, com um rendimento de R\$ 756,60. Entre as mulheres é também nesta categoria que se configura o maior rendimento médio, com R\$ 653,00. De uma forma geral, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada apresentaram uma média maior de remuneração em relação aos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Dos empregados sem carteira de trabalho assinada, destaca-se que aqueles que contribuem para a previdência social apresentam um rendimento superior aos que não contribuem, o que pode ser observado também entre os trabalhadores “por conta própria”. Em nenhuma das categorias observadas, as mulheres tinham remuneração superior aos homens, destaque para o trabalho doméstico que tem 100% das trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada e com rendimento muito baixo, o menor entre as categorias observadas.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico. 2016

O rendimento médio no Município de Livramento indica que os trabalhadores ocupados no trabalho informal recebem as menores remunerações, principalmente se estes não forem contribuintes da previdência social. Conforme observado, há uma grande quantidade de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada em Livramento e, como já foi observado, é esta categoria que apresenta as mais baixas remunerações, o que torna ainda mais relevante a necessidade de fiscalizar melhor a questão da informalidade e buscar melhorar as condições do trabalho neste sentido.

4.5 Gestão pública e desenvolvimento

Nesta seção, será abordado o papel da gestão pública municipal no desenvolvimento do município de Livramento. A análise será feita mediante informações cedidas pelos próprios gestores através da realização de entrevistas. A escolha dos entrevistados se deu pela posição de destaque que estes possuem no planejamento municipal e na formulação das estratégias municipais.

Um primeiro ponto a destacar, refere-se à percepção desses gestores quanto a sua função na gestão pública. Aparentemente os entrevistados possuem certa noção do papel da gestão pública no desenvolvimento local e também da importância de suas funções no planejamento do município. Diante das informações recolhidas, entre secretários e influentes do poder executivo municipal, foi perceptível a consciência desses gestores sobre o papel que lhes cabe na gestão municipal e de sua responsabilidade na busca de melhorar a qualidade de vida no município.

Dentre os gestores, foram ouvidos aqueles que têm como função “ajudar os que estão em vulnerabilidade social”, como gestores da saúde, de planejamento e administração de recursos. “Minha função é gerir todo o serviço administrativo e financeiro, (...) a questão burocrática, aplicação de recursos financeiros (...)” (GESTOR 2); “somos parte do poder executivo, que junto com o poder legislativo e a população planejamos políticas públicas para desenvolver nossa cidade” (GESTOR 4); “a importância deste cargo é ajudar as pessoas que estão na vulnerabilidade social e manter um equilíbrio dentro do social” (GESTOR 1). Estes são trechos das entrevistas que trazem a percepção destes gestores sobre a importância de seus papéis na gestão municipal e no planejamento das estratégias de desenvolvimento do município, o que é um ponto positivo, já que em pequenos municípios os gestores municipais são fundamentais no processo de desenvolvimento local. Essa importância se reflete em função de vários entraves da própria localidade, que podem ser de ordem cultural, social, mas principalmente, econômico, pela limitada estrutura produtiva do município e da carência de empregadores locais. Além disso, são os gestores municipais que têm maior conhecimento das reais necessidades da população.

Segundo os entrevistados, o planejamento municipal e a formulação das estratégias de desenvolvimento no município são realizados em conjunto com todas as secretarias municipais, não havendo uma secretaria específica responsável por essas medidas. Para eles, todas as secretarias têm um Plano de Ação que, para ser posto em prática, mensalmente os

secretários são reunidos com o (a) prefeito (a) do município portando relatórios referentes a cada departamento e, através desses relatórios, são identificadas as prioridades de cada secretaria e planejadas as ações em função desses dados. Relataram a existência de articulação entre as secretarias no planejamento municipal, também com a participação da sociedade civil, através de audiências públicas no planejamento participativo, conselhos paritários, autoridades religiosas e cooperativas.

Por unanimidade entre os entrevistados, foi afirmado que existem várias estratégias para o desenvolvimento no município, entre as quais destacam a priorização de estratégias, principalmente, nas áreas de saúde e educação e, em menor, escala de assistência social.

“Em primeiro lugar a prioridade é saúde e educação, porque eu acho que sem saúde, sem educação a população não vive, e depois vem o resto como a questão de infraestrutura, a questão do social mesmo, na área de assistência social (...).” (GESTOR 1).

“Agora por essa gestão, nós colocamos como prioridades a saúde e a educação. Um povo sem educação não evolui e saúde é necessidade, não apenas de urgência, mas em várias situações também emergenciais.” (GESTOR 2).

O investimento na área da educação é a principal “bandeira” da atual gestão no município de Livramento que, de acordo com os gestores, é a área onde é destinada a maior parte dos recursos financeiros. De acordo com o gestor:

A questão do investimento financeiro de maior porte foi na área da educação. É tanto que nós pagamos o piso salarial, que há muito tempo era questionado, atingimos o IDEB e investimos na UAB [Universidade Aberta do Brasil] (GESTOR 2).

A gestão tem priorizado a questão da educação, é tanto que o nosso IDEB ele já se encontra no percentual esperado para o ano de 2037 e um dos pontos extremamente importantes hoje é a questão da Universidade Aberta do Brasil que nós temos dentro do município, onde nós temos capacidade de formar as pessoas que fazem o curso dentro da própria cidade praticamente sem custo nenhum, e a gente disponibiliza todo material que é necessário: uma internet de qualidade, um ambiente agradável, a biblioteca e computadores totalmente funcionando (...). A prefeita tem priorizado justamente a questão da educação acreditando que a partir dela certamente a gente dá uma estrutura para que a sociedade possa se desenvolver, se capacitar e concorrer realmente dentro do mercado de trabalho de forma justa, com pessoas que tiveram ainda mais oportunidades (GESTOR 2).

Os recursos destinados à educação foram, em grande parte, alocados para melhorar a infraestrutura da área, desde reforma de escolas, a aquisições de equipamentos básicos, como ventiladores, geladeiras, quadros brancos, entre outros. Ainda para o Gestor 2:

As escolas do município na zona rural, quando nós assumimos, nenhuma tinha geladeira para guarda e condicionamento de merendas, escolas que não tinham nenhum banheiro, era de fazer vergonha. Então hoje nós temos 19 escolas na zona

rural e, nesses anos de gestão, já foram reformadas 13 escolas e mais duas foram licitadas agora (...). Foram distribuídos material para todas as crianças, a questão do fardamento escolar. Inclusive teve até uma das escolas, que se eu não me engano foi a dos quilombolas, onde até uma sala de informática foi montada, para disponibilizar esses recursos e dar condições das pessoas terem esse conhecimento e se desenvolverem de forma mais justa, para ter condições de competir dentro do mercado de trabalho (GESTOR 2).

Na saúde, segundo o Gestor 2, Livramento foi a 6ª cidade que mais aplicou recursos nessa área no Estado da Paraíba, onde assim como na educação foi priorizada a questão da infraestrutura, excepcionalmente com a aquisição de novos veículos, que são utilizados pela população livramentense para realização de consultas em outros municípios de porte maior, onde são realizados os atendimentos que não são ofertados dentro do município de Livramento. Ainda em relação às estratégias de desenvolvimento, além de saúde e educação, segundo os gestores entrevistados, a gestão atual tem desenvolvido projetos para atingir a juventude através do CRAS e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), que é um programa que trabalha com crianças e adolescentes que vivem na vulnerabilidade, oferecendo oficinas de música (violão, sanfona, canto), capoeira, teatro e cursos profissionalizantes de cabeleireiro, manicure e maquiagem.

Ainda em relação às estratégias de desenvolvimento municipais, de acordo com o Gestor 2, os indicadores socioeconômicos são os primeiros a serem observados antes de serem traçadas as ações no município. “É o primeiro ponto a ser levado em consideração, até porque os dados estatísticos são um reflexo, a xérox real da situação da saúde do município”. No entanto, não deu para perceber se os dados aqui apresentados, na seção anterior, são observados para o planejamento municipal. Aparentemente os instrumentos técnicos utilizados como banco de dados para formular as estratégias municipais são os relatórios das secretarias já mencionados nesta seção, e na área da saúde, segundo o entrevistado: “o próprio ministério subsidia isso, quando a gente preenche mensalmente os sistemas (...). Ali na tela principal a gente já tem o quantitativo.” (GESTOR 2).

Em termos de potencial de crescimento produtivo, a agricultura familiar foi citada por dois gestores como uma das principais potencialidades de desenvolvimento econômico no município. Segundo o Gestor 3, esse setor têm recebido estímulos diretos da gestão pública municipal: “o desenvolvimento daqui é a pecuária, agricultura familiar, que hoje entrega merenda direto nas escolas” (GESTOR 3). O Gestor 4 também afirmou que têm sido desenvolvidas políticas públicas para buscar fortalecer a agricultura familiar e o

microempreendedor rural. No entanto, ele não citou especificamente quais são essas políticas públicas, mas sim as parcerias da gestão com órgãos como EMATER, SEBRAE e SENAR para fortalecimento do setor. Outros potenciais citados pelos gestores são o artesanato, artes plásticas e estímulo aos artistas locais, como músicos e poetas. Segundo esses gestores, a cultura local é um dos grandes potenciais de desenvolvimento do município de Livramento, conforme os relatos:

Nosso município têm grandes potenciais na música, nas artes plásticas, no artesanato. Na música, por exemplo, no SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) nós temos alunos que entraram ano passado e já estão músicos, perfeitamente bons, tocando sanfona, tocando violão. Esse é uma das grandes potencialidades do nosso município, como também a questão das artes plásticas e também do artesanato. (GESTOR 1)

Acredito, eu, que as nossas principais potencialidades são os nossos artistas locais. Livramento tem muito músico, poeta. A nossa cultura nordestina ela é muito rica, e especificamente Livramento tem muita representatividade nessa área (GESTOR 2)

Sendo a cultura local, segundo os gestores, um dos potenciais de desenvolvimento de Livramento, a gestão municipal tem dado atenção especial aos “artistas da terra” através da secretaria de cultura e do SCFV, com projetos destinados diretamente a proporcionar oportunidade desses artistas mostrarem seus talentos. “Então a gente dar a oportunidade de ele descobrir se tem o talento, e a questão do investimento maior é direcionado pra aqueles que realmente mostrarem que já tem um perfil, aí sim a gente investe financeiramente mais naquela área.” (GESTOR 2). O gestor ainda citou um projeto específico:

(...) A quarta cultural, é um projeto que a prefeita tem para expor a questão dos nossos artistas locais que durante os meses do ano, sempre em uma quarta-feira, os artistas locais são colocados em praça pública pra mostrar seu trabalho, para a gente valorizar a nossa cultura local e dar oportunidade dos nossos artistas mostrarem seus trabalhos. (GESTOR 2).

Questionados sobre a existência de parcerias entre setor público e privado na busca de promover melhorias na qualidade de vida da população no município, os gestores são unânimes em suas respostas: “Infelizmente não”. Não existem parcerias entre empresários locais e gestão pública. Isso foi justificado pelo porte do município: “Por sermos um pequeno município e os empresários locais serem só comerciantes então ainda não existe [parcerias]” (GESTOR 3). No entanto, segundo o Gestor 2, não foi por falta de tentativas.

Com relação a parcerias com o setor privado, ainda não. Até porque o nosso município é um município pequeno, que para o ponto de vista comercial ainda não tem nenhum destaque local. A gente tinha um projeto de trabalhar a questão da carne do bode, o que tem dificultado muito porque quando a gente começou procurar os

produtores o quantitativo era muito pequeno. Na nossa região ainda há uma fragilidade muito grande do ponto de vista cultural, porque as pessoas não valorizam muito o criatório do bode e termina que é um animal mais resistente a períodos longos de seca e outras dificuldades regionais que nós possuímos, e a população, os nossos criadores, eles insistem em criar principalmente boi, vaca, e termina que é um custo muito grande, que são animais sensíveis a períodos longos de seca (...) a questão do custo também da criação que é muito cara comparada à questão do bode, então ainda há essa fragilidade nossa cultural, e a própria sociedade que não tem boa aceitação pelo queijo do leite do bode, pela carne do bode, a prioridade é realmente pelos bovinos. Mas no início quando nós tentamos essa política de estímulo pros produtores rurais nós sentimos essa resistência (GESTOR 2).

O comércio local realmente não tem parceria conosco, a gente já tentou. Existe um projeto chamado corrida da fogueira. A gente realiza essa corrida todo mês de junho na nossa cidade e a gente já buscou realmente parcerias para a questão do desenvolvimento, estímulo, fechar alguma pactuação com o comércio local, até com relação a patrocínio, divulgação e etc. e nunca esses atletas encontraram apoio (GESTOR 2).

Se não há parcerias com o setor privado, a parceria maior da gestão municipal é com o Governo do Estado. Aliás, o município de Livramento sobrevive praticamente de transferências do estado e da federação, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios, como destacam os gestores: “esses municípios pequenos como Livramento só tem arrecadação do FPM” (GESTOR 5); e, “uma pequena arrecadação de ISS e IPTU” (GESTOR 4). As “[parcerias] com empresários locais não, mas acontece que existem as parcerias entre estado e município (...) aí é onde anda melhor a questão dessas parcerias no nosso município” (GESTOR 1).

Para o Gestor 2:

O nosso município financeiramente ele sobrevive primeiramente da graça de Deus e em segundo na questão dos repasses específicos, da união federal e estadual⁵. Como nós não temos ainda nenhuma empresa de grande porte instalada no município, praticamente o que a gente arrecada com ISS, que deve ser depositado no município ele é ilusório (...) então a gente não tem condições de fazer nenhum comprometimento de gastos se baseando no que vai entrar através dos impostos, a gente vive realmente de repasses do Fundo de Participação dos Municípios e repasses do Bloco da Assistência Social, saúde e educação, simplesmente espera federal e estadual e também alguma emenda governamental, seja dos deputados estaduais ou deputados federais. (...) quando chega alguma coisa que termina gerando também a questão de emprego dentro do município (GESTOR 2).

A escassez de recursos financeiros é a principal dificuldade encontrada por esses gestores para a execução do planejamento das ações de desenvolvimento no município. Essa resposta também foi unânime entre os gestores.

⁵ Grifos nossos.

Estratégias nós temos bastante, temos bastante planejamento, mas a questão é que em meio a essa crise que estamos, não temos verbas e repasses federais ou estaduais. São poucos, porque os repasses que vêm dá apenas para manter alguns projetos que nós já estamos desenvolvendo dentro do CRAS, dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, mas é coisa pouca, é minoria essas verbas que vêm. Então a gente têm o desejo, a gente planeja, mas o planejamento no final das contas não é 100% realizado porque a gente precisa de mais repasses por parte do governo federal, e do jeito que a crise está, a gente não tem condições de levar à frente (GESTOR 1).

A questão da escassez de recursos compromete ainda, segundo o Gestor 2, projetos para capacitação profissional no município que, segundo ele, não dispõe de um recurso específico para a área, mas através de recursos da educação tem “usado de criatividade” para atingir a juventude, que são os mais interessados na geração de emprego e renda.

Os projetos para capacitação é a questão realmente financeira. Não existe um recurso específico, a gente tem que realmente usar de criatividade e dentro da legislação, pra que a gente possa dentro do bloco, por exemplo, da educação, buscar cursos de capacitação para educação, cursos de capacitação da saúde, e para atingir nossa juventude que na realidade são os que mais têm interesse na questão de geração de emprego e renda (...). A gente tem oferecido no Serviço de Convivência e Fortalecimento do 1º e 2º segmento, tentar descobrir esses talentos e direcioná-los pra questão da continuidade dentro das oficinas com maior grau de cobrança por parte dos professores (GESTOR 2)

Contudo, a escassez de recursos não é a única dificuldade encontrada pelos gestores para executar o planejamento traçado pela gestão. A “questão funcional” também foi citada como um empecilho para execução de políticas públicas. A crise hídrica e a crise política também foram mencionadas como dificuldades a serem encaradas pela gestão, conforme o Gestor 2.

Muitas vezes, tanto o estado como a federação institui uma política (...). A gente tenta colocar em prática realmente, e quando a gente busca uma assessoria do ponto de vista burocrático, uma orientação realmente voltada mais pra prática, a gente não encontra quem norteie. A política é instituída e de repente você não recebe material, não recebe capacitação e tem que colocar ela em prática (GESTOR 2).

Mesmo com otimismo, com *sonhos de melhora e apoio na fé*, os gestores do município de Livramento se mostraram bastante realistas em relação ao cenário econômico futuro do município. Eles preferiram manter “os pés no chão” sobre as suas perspectivas futuras da economia do município. Para o Gestor 5, o município precisa melhorar, pois “da forma que está, está impossível”. O Gestor 1 afirmou ter perspectivas positivas mas, “com esse governo que nós estamos com ele aí, não dá pra ter muita esperança não, têm que ter uma

mudança muito forte na política econômica do nosso país.” O Gestor 4 seguiu a mesma linha de raciocínio afirmando estar preocupado com o futuro. E essa preocupação se justifica na situação financeira, política e hídrica do país que afeta, principalmente, os pequenos municípios, como Livramento, que tem no FPM a principal fonte de receita. O mesmo tom de preocupação se mostrou com o Gestor 2, que afirmou ser preciso agir com cautela quanto aos gastos, fazendo primeiro o “feijão com arroz” e cumprindo com os compromettimentos já estabelecidos para depois pensar à frente. Sua preocupação também ficou por conta da crise hídrica que o país está passando e que atinge bastante o município de Livramento.

5 Considerações Finais

Neste trabalho foram abordadas as características socioeconômicas do município de Livramento e o posicionamento da gestão municipal para o desenvolvimento local. Na análise dos resultados, investigaram-se indicadores de atividade econômica e mercado de trabalho no município e, a partir de informações cedidas por gestores municipais, foi possível ter uma ideia do que tem sido feito pela gestão municipal para superar os problemas locais.

Foram encontrados dados preocupantes, como a significativa proporção de pobres no município, grande presença do trabalho informal, forte concentração da produção no setor de serviços e rendimento *per capita* médio ainda muito baixo, o que é comum em pequenos municípios. Mas também foi possível destacar pontos positivos como a melhora na taxa de alfabetização do município, apesar de 69% da PEA estarem concentrados no nível sem instrução e fundamental incompleto. Ademais, registrou-se o esforço da gestão para o fortalecimento, com estímulo do setor público, da cultura local, com projetos que incentivam os artistas locais a desenvolverem seus talentos, por meio da secretaria de assistência social e o Serviço de Fortalecimento de Vínculo. Além disso, destaca-se o investimento que tem sido feito pela gestão municipal na área da educação que, como um dos gestores falou na pesquisa de campo, é o caminho para as pessoas se desenvolverem de forma mais justa e ter melhores condições de se inserir no mercado de trabalho.

Os gestores se mostraram conscientes sobre o papel da gestão pública na promoção do desenvolvimento, com prioridade para a educação, saúde e, em menor escala, a assistência social. De todo modo, é importante registrar que as condicionalidades determinadas pela esfera federal no repasse de recursos obrigam os municípios a investirem em educação e saúde.

As estratégias da gestão municipal estão sendo direcionadas para atingir a juventude, principalmente através de oficinas e cursos profissionalizantes oferecidos no SCFV e do investimento em infraestrutura nas escolas municipais e na Universidade Aberta do Brasil. A agricultura familiar também parece receber uma atenção especial da gestão municipal que tem parcerias com órgãos como a EMATER para fortalecer a área. Além do mais, produtores da pecuária no município fazem entregas de merendas diretamente na escola como estímulo do setor público municipal para a produção desses agricultores.

Se o que foi dito pelos gestores de Livramento não estiver presente somente no discurso, o município parece estar seguindo um bom caminho para superar os problemas sempre presentes em pequenos municípios. No entanto, assim como a grande maioria dos municípios paraibanos, Livramento enfrenta muitas dificuldades para desenvolver-se economicamente. O sistema capitalista, por natureza, tem um caráter desigual, em que são privilegiadas algumas localidades em detrimento de outras. Na Paraíba, onde a riqueza produzida no estado é altamente desigual, a maior parte da produção está concentrada na microrregião de João Pessoa, onde estão os melhores indicadores socioeconômicos do estado e a maior criação e produção de riqueza. Pequenos municípios como Livramento, não dispõem de muitas alternativas quanto a produção e a geração de empregos. São localidades onde a informalidade ainda é muito presente e a atividade econômica limitada, o que acaba por restringir as oportunidades da população local e de arrecadação do município. Resta aos gestores municipais fazerem ao menos o “básico”, investindo em saúde e educação.

Apesar das ações destacadas, além da questão da agricultura familiar, não se vê muito estímulo à diversificação da produção no município e, como a localidade não tem um grande dinamismo na atividade econômica, a arrecadação do município é muito baixa, tornando-o ainda mais dependente das transferências dos governos federal e estadual, o que constitui um dos entraves para realizar estratégias de desenvolvimento local mais eficientes.

Os objetivos propostos para esta pesquisa foram cumpridos. Foi possível concentrar informações relevantes sobre a situação econômica e social do município e contribuir para o debate do desenvolvimento local. Esta pesquisa foi muito importante para minha vida acadêmica, primeiro porque pude aperfeiçoar minhas técnicas de pesquisa e competência para investigação e, segundo que, por ser natural de Livramento, eu sempre quis colaborar de alguma forma com o município. Este trabalho é uma forma de contribuição, pois pode ser uma boa fonte de informações para os gestores do município e para a própria população que deseja conhecer, a partir dos dados oficiais, as características socioeconômicas do município e suas principais fragilidades.

Referências

- AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 23, jun. de 2001, p. 261-286.
- ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estud. Av.** São Paulo, v. 11, n 29, jan/abr. 1997.
- ARRETCHE, M. T. S. Mitos da descentralização – Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? RBCS, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Ano 11, n. 31, junho de 1996.
- BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: Entre a Competitividade e a Cidadania. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, Minas Gerais, v.3, n.5, p. 23-37, mai. 2002.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Lucro, acumulação e crise**: A tendência declinante da taxa de lucro reexaminada. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GUIMARÃES NETO, L., PORSSSE A. A., PORSSSE, M. C. S. **Descentralização e Finanças Municipais no Brasil: Uma Análise Regional da Gestão dos Recursos**, In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1999, Foz do Iguaçu/PR: ENANPAD, 1999, CD-ROM.
- GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 29, jan/abr. 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: jul/ago/set de 2016.
- IVO, A. B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago. 2012.
- LIMA, P. Economia do Nordeste: Tendências recentes das áreas dinâmicas. **Análise Econômica**. v.12, p. 55-73, mar/set. 1994.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v.3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.
- MULLS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista EconomiA**, Brasília (DF), v.9, n.1, p.1-21, jan/abr. 2008.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Sobre o PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx>>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova[online]**. São Paulo, 1993, n.28-29, p. 313-334. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451993000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun.2016.

SILVA, R. V. A. **Descentralização e Municipalização: A Redefinição do Papel do Estado no Âmbito Local.** In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2000, Florianópolis/SC, ENANPAD, 2000, CD-ROM.

SWINBURN, G., GOGS, S., MURPHY, F. **Desenvolvimento Econômico Local: Um Manual para a Implementação de Estratégias para o Desenvolvimento Econômico Local.** Planos de Ação. Washington: Banco Mundial (BIRD), 2006, 100p.

VITTE, C. C. S. **Gestão do Desenvolvimento Econômico Local: Algumas Considerações.** **Revista Internacional de Desenvolvimento Local.** Campo Grande, v.8, n. 13, p.77-87, set. 2006.

Apêndice

Roteiro para entrevista

- 1) Cargo que ocupa
- 2) Qual o papel do planejamento na gestão pública municipal?
- 3) Quem deve participar do planejamento das estratégias de desenvolvimento do município?
- 4) Existe algum (a) planejamento/estratégia/política/ voltado (a) para o desenvolvimento local do município de Livramento?
- 5) Qual o órgão/secretaria responsável por formular essas estratégias?
- 6) Quais as prioridades adotadas no planejamento do município na gestão atual?
- 7) Os indicadores socioeconômicos (PIB, mercado de trabalho – ocupações e rendimentos, instrução, pobreza etc.) são considerados na formulação das estratégias municipais? (É considerada a influência desses indicadores no processo de gestão das finanças municipais?)
- 8) Quais as principais potencialidades de desenvolvimento econômico presentes no município?
- 9) A gestão possui estratégias para buscar investimentos para o município? Em quais setores?
- 10) Quais os principais investimentos realizados pela gestão municipal? Como são realizados?
- 11) Existe alguma política de geração de empregos no município? Existem parcerias com o setor privado?
- 12) Existem projetos para capacitação profissional no município? Quais? Quais são os entraves?
- 13) Quais são as principais dificuldades encontradas na execução do planejamento das ações de desenvolvimento no município?
- 14) Existe algum tipo de parceria entre o setor público e empresários locais na busca de promover melhorias na qualidade de vida da população?
- 15) Como o gestor visualiza o cenário econômico futuro do município? Tem perspectivas de melhora?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é parte dos estudos para a realização da monografia de _____, aluna do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Rejane Gomes Carvalho.

O objetivo principal do estudo é:

Solicitamos a sua colaboração para realizar uma entrevista e informamos que essa pesquisa não lhe oferecerá riscos ou constrangimentos, tendo em vista que seu anonimato será preservado.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Nome da Pesquisadora:

Endereço:

Telefone:

Email:

João Pessoa, de de 2016.